

PUCRS

ESCOLA DE NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

JERÔNIMO DE MORAES MACHADO

**AUSTERIDADE OU AUSTERICÍDIO?** Uma discussão sobre as políticas de ajuste econômico  
nos PIIGS e no Brasil na última década.

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

JERÔNIMO DE MORAES MACHADO

**AUSTERIDADE OU AUSTERICÍDIO? UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS  
DE AJUSTE ECONÔMICO NOS PIIGS E NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA.**

PORTO ALEGRE

2018

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izete Pengo Bagolin  
Orientadora e Presidente da sessão

## Ficha Catalográfica

M149a Machado, Jerônimo de Moraes

Austeridade ou austericídio? Uma discussão sobre as políticas de ajuste econômico nos PIIGS e no Brasil na última década / Jerônimo de Moraes Machado . – 2018.

83 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin.

1. Capitalismo. 2. Crise. 3. Austeridade. 4. Desigualdade social. I. Bagolin, Izete Pengo. II. Título.

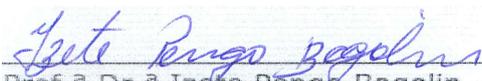
**Jerônimo De Moraes Machado**

**AUSTERIDADE OU AUSTERICÍDIO? UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE  
AJUSTE ECONÔMICO NOS PIIGS E NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 26 de março de 2018, pela Banca Examinadora.

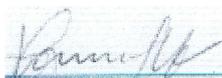
BANCA EXAMINADORA:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izete Pengo Bagolin  
Orientadora e Presidente da sessão



Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza



Profa. Dr.<sup>a</sup> Dunia Comerlatto

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, e como não poderia ser diferente, agradeço aos meus pais Jaqueline e Ricardo. Como educadores que foram e são, tanto de profissão quanto de “ofício imperativo de vida”, pelo apoio incondicional aos meus estudos – desde os meus primeiros anos de idade, passando pelo pela graduação e pelo Mestrado e, certamente, para os próximos desafios estudantis que eu decida enfrentar. Também não poderia deixar de citar os meus avós Céres e Rui (*In memoriam*), Celcy e Mansueto: eles também foram parte fundamental da minha educação, afinal, “ser vó é ser mãe duas vezes” (CÉRES, 1986).

Ainda no campo familiar, agradeço à Leticia e à sua família. À Leticia, especialmente, pelo incentivo e compreensão nos momentos mais complicados, pela parceria nos momentos de descontração (igualmente importantes) e pelo carinho de sempre. À sua família, da mesma forma que à minha, pelo incentivo aos estudos, pelo apoio à nossa estrutura e pelo carinho nos momentos em que estamos juntos.

Aos meus companheiros de treinamento (antigos e atuais) e aos técnicos de esgrima do União. Esses últimos, também parte essencial na minha formação e educação.

Aos meus colegas de trabalho que, nos últimos anos, também fizeram parte e apoiaram os meus momentos finais da graduação e do início ao fim do Mestrado.

À Professora Izete, por ter aceitado me orientar neste estudo e ser compreensiva com os meus prazos e demais atividades.

Por fim, e não menos importante, aos meus amigos da vida. Fizeram e sempre farão parte dos meus momentos mais alegres, e me inspiram com o sem parar das nossas conquistas profissionais e acadêmicas.

“O sistema:

Com uma das mãos rouba o que com a outra empresta.

*Suas vítimas:*

Quanto mais pagam, mais devem.

Quanto mais recebem, menos têm.

Quanto mais vendem, menos compram”.

(Mapa-Múndi/1, O livro dos abraços, Eduardo Galeano)

## RESUMO

Esta Dissertação, partindo de uma contextualização histórica do sistema capitalista e de suas crises, analisou com mais atenção as causas, consequências e políticas de enfrentamento dos PIIGS e do Brasil em relação à crise global iniciada em 2007/2008 e à possibilidade de atingimento dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por estes países, todos signatários da Agenda. Metodologicamente, o estudo apoiou-se no método dialético-crítico, tanto via revisão exploratória qualitativa e bibliográfica quanto por análise de dados. Inicialmente, realizou-se a contextualização histórica do capitalismo, desde o início do Mercantilismo até o fim do século XX. Na sequência, voltou-se a atenção para as causas da crise atual, e foram discutidas as teorias liberais, keynesianas e neoliberais. No capítulo seguinte, analisaram-se as reações dos governos dos PIIGS à crise e as consequências dessas políticas de enfrentamento. No último capítulo de desenvolvimento, foi verificado o caso do Brasil, que apesar de ter obtido sucesso no enfrentamento da crise global em seus primeiros anos, veio a ter problemas nos anos seguintes. Concluiu-se que as reações dos governos, tanto na Europa quanto no Brasil, foram no sentido de estatizar as dívidas privadas para salvar o sistema financeiro da bancarrota. Com isso, tanto econômica quanto socialmente, houve cortes de gastos e investimentos em setores estratégicos, prejudicando as populações em maior vulnerabilidade social – austeridade fiscal seletiva. Os resultados das políticas de enfrentamento foram o aprofundamento da crise econômica no “lado real” da economia, o aumento da desigualdade e a piora nas condições de vida das classes menos favorecidas da população.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Crise. Austeridade. Desigualdade social.

## ABSTRACT

This master thesis, based on an historical contextualization of the capitalist system and its crises, analyzed more closely the causes, consequences and policies of confrontation that the PIIGS and Brazil used in relation to the global crisis that began in 2007/2008 and the possibility of reaching the objectives of the Agenda 2030 for Sustainable Development by these countries, all signatories of the Agenda. Metodologically, the study was based on the dialectical-critical method, both through qualitative and bibliographic exploratory review and data analysis. Initially, was carried out an historical contextualization of capitalism, from the beginning of Mercantilism until the end of the 20th century. Then the attention was focused on the causes of the current crisis, and were discussed the liberal, the Keynesian and the neoliberal theories. In the following chapter, were analyzed the reactions of the PIIGS governments to the crisis and the consequences of these policies. In the last development chapter, the Brazilian case was verified. Despite its success in dealing with the global crisis in its early years, the country had problems in the following years. It was concluded that the reactions of governments, both in Europe and Brazil, were to nationalize private debts to save the financial system from bankruptcy. This way, there were spending and investments cuts both economically and socially in strategic sectors, harming the populations in social vulnerability - selective fiscal austerity. The results of the policies of confrontation were the deepening of the economic crisis in the "real side" of the economy, the increase of the inequality and the worsening of the less favored classes life conditions.

**Key-words:** Capitalism. Crisis. Austerity. Social inequality.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual da população economicamente ativa desempregada na União Europeia..54
Tabela 2 – População em risco de pobreza ou exclusão social e gastos com seguridade social..56
Tabela 3 – Expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e gastos com saúde.....64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANA** Agência Nacional de Aeroportos
- BACEN** Banco Central do Brasil
- BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEO** *Chief Executive Officer*
- EEUU** Estados Unidos
- EMgK** Eficiência Marginal do Capital
- EUA** Estados Unidos da América
- EUROSTAT** Sistema Europeu de Estatísticas
- FED** *Federal Reserve*
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- GDP** *Gross Domestic Product*
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IVA** Imposto sobre o valor adicionado
- MCMV** Minha Casa Minha Vida
- MP** Medida Provisória
- OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PIB** Produto Interno Bruto
- SIV** *Structured Investment Vehicles*
- TARP** *Troubled Asset Relief Program*
- TQM** Teoria Quantitativa da Moeda
- TUE** Tratado da União Europeia
- UE** União Europeia
- URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Relação dívida/PIB.....	52
Gráfico 2 – PIB per capita.....	53
Gráfico 3 – Salários/PIB na Irlanda.....	55
Gráfico 4 – Necessidades de assistência médica não atendida.....	57
Gráfico 5 – Coeficiente de Gini.....	58
Gráfico 6 – Anos médios de estudo.....	63
Gráfico 7 – Desigualdade de Renda, na educação, na expectativa de vida, redução do IDH em função da desigualdade e coeficiente de desigualdade humana.....	65
Quadro 1 – Causas, consequências e políticas de enfrentamento.....	68

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO E DE SUAS CRISES..</b>	<b>16</b>
<b>3 AS CAUSAS DA CRISE DE 2008.....</b>	<b>24</b>
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO DO CAPITALISMO.....	28
<b>3.2.1 O Liberalismo.....</b>	<b>28</b>
3.2.1.1 Adam Smith.....	29
3.2.1.2 David Ricardo.....	30
3.2.1.3 Jean-Baptiste Say.....	32
3.2.1.4 John Stuart Mill.....	32
3.2.1.5 Alfred Marshall.....	33
3.2.1.6 A Teoria Quantitativa da Moeda.....	33
<b>3.2.2 O Keynesianismo.....</b>	<b>34</b>
3.2.2.1 John Maynard Keynes.....	34
3.2.2.2 Joseph Schumpeter.....	39
<b>3.2.3 O Neoliberalismo.....</b>	<b>40</b>
<b>4 REAÇÕES À CRISE.....</b>	<b>46</b>
4.1 RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA EUROPA.....	49
<b>4.1.1 Resultados Econômicos.....</b>	<b>49</b>
<b>4.1.2 Resultados Sociais.....</b>	<b>55</b>
<b>5 O CASO BRASILEIRO.....</b>	<b>60</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O motor da história é a luta de classes. Esta definição, normalmente atribuída a Karl Marx, já havia sido descrita por outros pensadores anteriores a ele. Após a Revolução Industrial e a conseqüente transição do modo de produção feudal para o capitalista, no entanto, a frequência e a intensidade das lutas de classes só aumentaram. O sistema capitalista, além de propiciar um sem fim de bens de consumo cada vez mais sofisticados através de suas inovações tecnológicas, também levou a sociedade a profundas crises – apesar das particularidades, as causas e conseqüências das crises econômicas atuais não são, necessariamente, inéditas.

Chamados atualmente de países da “Europa do Sul”<sup>1</sup> ou, pejorativamente, de *PIIGS*<sup>2</sup>, estes países são os que apresentam déficit recorrente nas contas públicas e adotaram medidas similares e na mesma ordem cronológica para combater a crise desencadeada em 2007/2008. O primeiro país atingido pela crise foi a Grécia, e o último (até agora) a receber auxílio financeiro internacional, foi o Chipre. Primeiramente, a escolha foi por políticas expansionistas, conforme rege a “cartilha keynesiana”: aumento de gastos públicos, manutenção e ampliação de políticas sociais como o seguro desemprego, atuação das instituições do Estado na proteção da população – especialmente na da em vulnerabilidade social -, etc.

Após esse período de intervenção estatal na economia, que variou em cada um desses países, as políticas keynesianas para o combate à crise perderam força e o chamado *welfare state*<sup>3</sup> foi deixado de lado. “É fato que, no geral, políticas fiscais expansionistas foram praticadas nos países que sofreram com a crise de 2008. Recorreram ao receituário tradicional do déficit público, tendo em vista, antes de mais nada, proteger a liquidez do sistema financeiro que estava caótico” (D’AGOSTINI, 2010, p.32). Aparentemente, além da atuação das instituições para a manutenção do bem-estar social, os Estados europeus, por terem atuado também (e principalmente) com o intuito de salvar as instituições financeiras da bancarrota e evitar uma quebra em massa no setor bancário, “estatizaram” as dívidas privadas e perderam a capacidade de intervenção na economia via política fiscal (redução de impostos e aumento – ou, ao menos, manutenção - dos gastos públicos).

<sup>1</sup> A divisão em países da “Europa do Norte” e “Europa do Sul” é uma convenção que corresponde ao estado das contas externas dos países da União Europeia – os do Norte são os superavitários e os do Sul são os deficitários.

<sup>2</sup> Acrônimo utilizado pela imprensa de língua inglesa, principalmente a britânica, para o conjunto de países formado por Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (*Spain*).

<sup>3</sup> Estado de bem estar social.

Aos olhos dos membros da *Troika*<sup>4</sup>, entretanto, para que os países reequilibrassem as suas finanças, o caminho da austeridade era o que deveria ser seguido. Para os cinco países que já solicitaram o auxílio financeiro à *Troika* – Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Chipre – as condicionantes foram similares. No último resgate negociado com a Grécia, por exemplo, que já solicitou três vezes auxílio ao organismo desde 2008, entre as exigências, estava a ampliação da semana de trabalho para seis dias, a redução das indenizações por demissões, a eliminação dos aumentos salariais por tempo de serviço e o congelamento dos salários até que o índice oficial de desemprego fosse inferior a dez por cento.

Diferentemente dos países europeus, o Brasil passou praticamente ileso pela crise financeira em 2008. Como afirmou o Presidente da República à época (Luis Inácio Lula da Silva), a crise que provocou um “tsunami” nas economias desenvolvidas foi apenas uma “marola” no Brasil. Apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ter reduzido por três trimestres consecutivos (do primeiro ao terceiro de 2009), os efeitos da referida recessão realmente foram reduzidos se comparados aos de quase todos os outros países do mundo: não houve quebras no setor bancário nem socorro governamental a instituições financeiras e o nível de emprego e renda pouco foi afetado.

Da mesma maneira que os países europeus supracitados atuaram quando da eclosão da crise, o governo brasileiro também se utilizou do arcabouço anticíclico keynesiano, evitando uma maior turbulência econômica: foram ampliados os gastos públicos via programas sociais, via ampliação de crédito – com ênfase para o setor da construção civil – e houve uma redução da carga tributária para o setor produtivo (linha branca de eletrodomésticos). Os principais programas lançados nesse sentido foram o Bolsa Família<sup>5</sup> e o Minha Casa Minha Vida (MCMV)<sup>6</sup>.

Também como os países da Europa do Sul, após aproximadamente sete anos de políticas macroeconômicas “expansivas” e sem uma recuperação consistente do mercado externo – pelo contrário, a conjuntura internacional de queda dos preços das *commodities* atuou negativamente na economia brasileira – o Brasil abandonou as políticas anticíclicas e passou a adotar medidas

---

<sup>4</sup> *Troika* é a designação atribuída à equipe composta pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia.

<sup>5</sup> Programa social que consiste em um mecanismo condicional de transferência de renda que atende às famílias em situação de pobreza e que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes (com renda entre R\$ 77 e R\$ 154 mensais) e de extrema pobreza (com renda inferior a R\$ 77 mensais).

<sup>6</sup> Programa governamental criado com o intuito de fomentar as empresas do ramo da construção civil, incentivar a contratação de mão de obra menos qualificada (e que mais havia sido atingida) e reduzir o déficit habitacional

de ajuste fiscal: aumento da taxa básica de juros – com consequente contração do crédito para controlar a inflação – e redução geral dos gastos públicos. Neste sentido, em 2016, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que consiste basicamente em controlar os gastos do Governo Federal por até 20 anos (com revisão após os dez primeiros anos), fixando como teto de gastos em um ano o valor que foi executado no ano anterior acrescido da inflação do mesmo período. Com estas medidas, de acordo com o atual Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, objetivava-se “recuperar a confiança do mercado, gerar emprego e renda”, pois “não há possibilidade de prosseguir economicamente no Brasil gastando muito mais do que a sociedade pode pagar”.

Contemporaneamente a estas mudanças macroeconômicas, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que afirma em seu preâmbulo que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (Agenda 2030, p.1). Dentre os 17 objetivos elencados na Agenda, destaco: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (1º); “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (2º); “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (4º); “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (10º); “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (16º).

Assim, partindo de uma contextualização histórica da evolução do sistema capitalista e de suas crises, esta dissertação pretende discutir os impactos e a influência das políticas econômicas de combate à recessão implantadas e nos aspectos sociais. Ainda, questionar a possibilidade de cumprimento dos objetivos propostos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos países da Europa do Sul e no Brasil, todos signatários da Agenda. A discussão do tema em questão justifica-se, basicamente, por dois motivos: primeiramente, pela magnitude e pela persistência da crise iniciada em 2007/2008 nos países da Europa meridional; também, pelo atual momento vivido pelo Brasil e pela aparente opção pelo mesmo receituário de combate à crise implementado pelos países europeus.

No que tange à metodologia, esta dissertação apoia-se no método dialético-crítico: primeiramente, por uma escolha teórica do autor; e também pelo fato de o estudo ter como pano de fundo a contradição entre Estado e mercado. Tal método “[...] busca superar o aparente, que

pode parecer estável, para chegar ao profundo, essencial, que fica atrás do superficial” (LEFEBVRE 1975, p. 238). Em tratando-se a economia de uma ciência social aplicada, “[...] o referencial dialético-crítico, no entanto, sempre será teórico-prático, porque o caráter interventivo lhe é constitutivo, na medida em que tem a transformação do real como finalidade [...]” (PRATES, 2012, p. 127).

A dissertação está composta tanto por revisões bibliográficas quanto por análise de dados, já que “[...] enfatizar a articulação de dados dos dois tipos são mais coerentes com o método marxiano de investigação que ressalta essa relação como necessária” (PRATES, 2012, p.123). Com relação aos dados, estes são utilizados para a comparação intertemporal e inter-regional entre os países analisados, ilustrando a evolução das variáveis de renda, (des)emprego, produto interno bruto, contas públicas, população em risco de pobreza e exclusão social, etc. A fonte principal – referencial teórico – foi desenvolvida a partir de produções de economistas, cientistas políticos, cientistas sociais e historiadores. Já a fonte secundária – documentos públicos e dados econômicos e sociais – é composta por Leis, Relatórios e Tratados, além dos dados disponíveis no Sistema Europeu de Estatísticas – EUROSTAT, no Banco Mundial, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Banco Central do Brasil – BACEN e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. No que tange à metodologia, classifica-se como exploratória, pois busca explicitar o problema e as suas contradições pela via da aproximação/familiarização (GIL, 2010).

Além desta introdução, a presente dissertação está organizada da seguinte forma: o segundo capítulo constitui-se em uma revisão histórica da evolução do capitalismo e de suas crises. Após, no terceiro capítulo, volta-se a atenção para a crise iniciada em 2007, aprofundando-se em suas causas. Para tanto, são discutidas com maior atenção as teorias liberais, keynesianas e neoliberais, com o contraponto da teoria marxiana.

No quarto capítulo, verificam-se as reações dos países europeus a esta crise, bem como as consequências – tanto do acontecimento em si quanto das atitudes tomadas pelos governos que buscavam retomar a estabilidade econômica. Retomam-se as teorias econômicas discutidas anteriormente, visto que novamente serviram de referencial teórico para o “tratamento” da crise em questão.

No quinto capítulo, a atenção é voltada para o Brasil: apesar de ter sentido os efeitos do colapso econômico mais tarde, já é possível analisar os impactos iniciais e algumas consequências deste fenômeno. Da mesma forma que no capítulo anterior, devido à intrínseca

contradição ideológica entre Estado, mercado e sociedade (GUILHERME, 2016), o mesmo referencial teórico é utilizado.

Por fim, está a conclusão, que compila as análises dos efeitos da crise e de seus “tratamentos” tanto no continente europeu quanto no Brasil, verificando as suas semelhanças e diferenças. São discutidos os resultados alcançados pelas políticas implementadas e a previsão de atingimento (ou não) dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, é traçado um panorama do que poderá ser observado no Brasil caso as políticas atuais vigorem pelos próximos anos.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO E DE SUAS CRISES

Não seria honesto com as ciências sociais aplicadas analisar a crise de um sistema econômico sem antes aprofundar-se no processo histórico que o conduziu a esta situação. Assim, no capítulo que segue, é realizada uma contextualização histórica do capitalismo e de suas crises.

Substituindo o Feudalismo (no século XV), a primeira fase do Capitalismo foi a época do Mercantilismo ou Capitalismo Comercial, com as Grandes Navegações. Em oposição aos modos de produção anteriores, “[...] no capitalismo, a situação se modificou, pois as próprias relações de produção burguesa que incessantemente revolucionam sua base técnica e o modo de vida das pessoas (FARIA e TAUILE, 1999, p.158). Na busca de novas rotas de comércio, sobretudo para as Índias, as potências europeias da época descobriram novas terras, o que resultou na conquista de vastos territórios e na escravização de milhares de nativos, sobretudo na América e na África. Como principais características, o Mercantilismo tinha o incentivo às manufaturas, o protecionismo alfandegário e a balança comercial favorável através do pacto colonial (monopólio do comércio com as colônias, que apenas exportavam matérias primas e importavam manufaturas da própria metrópole). “[...] o mercantilismo originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barra, não tendo, portanto, moeda suficiente para atender ao volume crescente do comércio”(HUNT, 2005, p. 51).

Diferentemente do Mercantilismo, que via na intervenção do Estado um meio eficaz de desenvolvimento econômico, o Capitalismo Industrial (que teve seu início com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII) tinha no liberalismo econômico a sua essência. Na obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, de 1776, Adam Smith foi o primeiro teórico que discorreu sobre o funcionamento do capitalismo. Smith via no liberalismo econômico a chave para o crescimento e para a inovação tecnológica, que seriam alimentados pelo interesse individual dos agentes econômicos.

Em sua obra, Smith sustentava que a competição entre os diversos fornecedores levaria à queda dos preços e a frequentes inovações na produção. Não deveria haver influência alguma do Estado na economia – na busca pelo próprio interesse, as pessoas estariam trabalhando pelo bem-estar da sociedade. Smith ainda afirmava que, em muitos casos, a interferência do Estado

impediria o funcionamento correto da mão invisível<sup>7</sup>, criando monopólios – o que não permitiria a alocação ótima dos recursos via sistema de preços relativos. Smith ainda associava o tamanho elevado das empresas monopolistas a desperdícios, fraudes e abusos.

Em oposição a Smith, Karl Marx, que também discorreu sobre o funcionamento do capitalismo – e de suas contradições. Conforme a Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx, o desenvolvimento da economia de mercado é um desenvolvimento concentrador de renda e de riqueza – exclui uma parcela cada vez maior da sociedade dos “frutos” do progresso técnico. Esse progresso técnico gera maiores capacidades produtivas ao mesmo tempo em que a organização social, pela maneira como a sociedade está organizada (com um excesso permanente de oferta no mercado de trabalho – “exército industrial de reserva”), leva à crescente pauperização e exclusão social do proletariado. De acordo com Lefebvre (1975), Marx constatou a contradição entre a libertação do homem frente a natureza a partir do avanço técnico, e o enriquecimento da sociedade capitalista acarretando a escravidão e o empobrecimento da maior parte desta sociedade. Marx afirmava que, enquanto na manufatura, o trabalho poderia revolucionar a produção, na indústria, ela era apenas um instrumental de trabalho, ao passo que a maquinaria é o meio para a produção. Assim, “[...]a indústria moderna elimina tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, na qual o ser humano, com todas as suas faculdades e por toda a vida, fica prisioneiro de uma tarefa parcial” (MARX, 2004, p. 74).

Devido a estas contradições, Marx afirmava que o sistema capitalista tenderia, inevitavelmente, a passar por crises de superprodução. Estas crises ocorreriam pelo sistema não ter nenhuma planificação, ou seja, não ter um planejamento de produção baseado nas necessidades da sociedade. O único planejamento que havia era o de cada firma (empresa) individualmente, visando a maximização de seus lucros; o conjunto de produtores, entretanto, não produzia baseado em uma planificação. Assim, de tempos em tempos, a produção do conjunto dos mercados era maior do que a capacidade da sociedade de absorver os seus produtos, levando a crises de superprodução. Marx afirmava, ainda, que a era da indústria – ou era da burguesia – era distinta, pois havia simplificado a oposição de classes:

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida

---

<sup>7</sup> Termo utilizado por Adam Smith para descrever o funcionamento dos mercados em uma economia capitalista, em que a interação entre os indivíduos sem uma entidade reguladora resultaria em uma determinada ordem que orientaria o funcionamento da economia.

do elemento revolucionário. O modo de funcionamento feudal e corporativo da indústria já não satisfazia o crescimento das demandas consecutivas à abertura de novos mercados. A manufatura substituiu-o. Os mestres de corporação foram desalojados pela classe média industrial; a divisão do trabalho em corporações diversas desapareceu em benefício da divisão do trabalho dentro de cada oficina (MARX, 2001, p.25).

A primeira grande crise do capitalismo eclodiu em 1848, com a Primavera dos Povos, atingindo a Inglaterra, a Áustria, a Hungria, a Tchecoslováquia, a França, os Estados Italianos e os Estados Alemães (ainda não unificados), entre outros países europeus em maior ou menor escala – além dos Estados Unidos da América. Para Hobsbawm (2002), a Primavera dos Povos foi a primeira grande revolução de caráter global. A crise ocorreu devido ao acentuado acúmulo do proletariado no meio urbano (consequência do êxodo rural após o cercamento das propriedades no campo – *enclousers*), que vivia cada vez em piores condições; por dois anos consecutivos de más colheitas, o que levou a uma piora ainda maior das condições de vida da população; e pelo desemprego e queda dos salários, com o fechamento de diversas unidades fabris.

A insatisfação da crescente burguesia com os privilégios da nobreza uniu-se às demandas do proletariado, dando força às revoltas. Assim, este processo, “minou as bases do liberalismo<sup>8</sup> de meados do século XIX, que parecia tão fortemente estabelecido” (HOBSBAWM, 2002, p.76).

Como consequências da crise de 1848, diversos privilégios da aristocracia, que ainda tinha resquícios de direitos feudais em seus costumes, foram cortados. Apesar de a contrarrevolução ter dado de volta o poder à Monarquia na maioria dos países, o caráter absolutista do Rei também deixou de vigorar. Para a Alemanha e a Itália, apesar de ainda não se unificarem, o “terreno foi preparado” para a unificação ocorrer alguns anos depois. Resultado importante da Primavera dos povos também foi o reconhecimento, por parte da burguesia, de que a sua união ao proletariado era perigosa, ou seja, que para brigar por seus direitos e alcançar o poder, a luta pelo sufrágio universal era uma via mais segura do que a revolução. “O triunfo burguês foi breve e temporário. [...] No início da década de 1870, a expansão econômica e o liberalismo pareciam irresistíveis. No fim da mesma década, já não o eram mais” (HOBSBAWM, 2002, p. 21).

Durante a segunda metade do século XIX, teve início a Segunda Revolução Industrial, que adicionou ao tear mecânico e à máquina a vapor (principais adventos da Primeira Revolução Industrial, que tinha o carvão como fonte de energia), a indústria química, elétrica e

---

<sup>8</sup> Será melhor detalhado no item 3.4.1

do aço – que passaram a utilizar o petróleo como força propulsora. Mais tarde, já no século XX, outros progressos ocorreram, tais como navios de aço movidos a vapor, os primeiros aviões, a produção em grande escala de bens de consumo, a refrigeração mecânica, o enlatamento de comidas, entre outros. Afora as potências iniciais que se industrializaram, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão também fizeram parte dessa nova etapa da Revolução Industrial. Como consequência, mais uma vez, com a nova onda de inovações tecnológicas, voltaram a ocorrer em grande escala as substituições de mão de obra humana por processos automatizados, acarretando novamente em desemprego, redução de salários e pauperização do operariado. Com grande parte da população vivendo em condições precárias, não havia mercado consumidor suficiente para tudo o que estava sendo produzido (HOBSBAWN, 1995).

Para combater a crise, as grandes potências passaram a buscar novos mercados para os seus excedentes produtivos e de capitais a (re)investir. Com a depressão, pequenas e médias empresas foram desaparecendo e surgiram os primeiros grandes monopólios, trustes e cartéis. “A sociedade contemporânea poderia produzir uma quantidade de produtos incomparavelmente maior, a fim de melhorar a vida de todo o povo trabalhador, se a terra, as fábricas, as máquinas, etc. não fossem usurpadas por um punhado de proprietários privados [...]” (LÊNIN, 1984, p. 76). O fim do século XIX e início do século XX é a época do chamado neocolonialismo: na América, os Estados Unidos estenderam a sua influência sobre o resto do continente, ao passo que os países europeus dividiram as suas áreas de influência entre a África e a Ásia com colônias, domínios, protetorados, etc. Nestas novas áreas de influência, buscavam as matérias primas para alimentar as indústrias; novos mercados consumidores, para escoar a produção que não era absorvida pelo mercado interno; novos locais para (re)investir os excedentes de capital acumulados com as inovações tecnológicas; e regiões para receber os excedentes populacionais que não conseguiram incluir-se no processo de desenvolvimento dos países industrializados (HOBSBAWN, 1995).

Em pouco tempo, como as potências europeias se lançaram em momentos distintos para buscar estas novas áreas de influência, começaram a haver tensões pela divisão das regiões da África e da Ásia. Os primeiros países a buscarem novos mercados consumidores e áreas para escoar seus excedentes de capitais e populacionais foram a Inglaterra e a França. Pouco depois, entretanto, a Alemanha, que havia se unificado tardiamente – mas que teve um processo de industrialização muito acelerado – também passou a postular áreas de influência. Essas tensões do neocolonialismo resultaram na Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN, 2002).

Em 1926, Nikolai Dimitrievich Kondratiev<sup>9</sup> publicou o estudo intitulado “As ondas longas da conjuntura”, em que afirmava que eram cíclicas as crises do capitalismo. Partindo de curvas de construção empírica, Kondratiev apresentou também curvas de embasamento teórico, que demonstravam haver tendências seculares de crises no sistema, que ocorriam ciclicamente de 40 a 60 anos. Para o autor russo, havia três etapas nos ciclos: o desgaste, a reposição e o incremento dos bens de capital, que não ocorriam de maneira contínua, mas por saltos.

Como consequência da Primeira Grande Guerra, houve o grande crescimento industrial da economia norte americana, que se afirmou como a principal potência capitalista mundial. Além de abastecer a Europa, que estava com a sua produção industrial prejudicada em função do conflito, enquanto as economias das potências europeias decaíam e deixavam de lado as áreas de influência conquistadas no período anterior, os Estados Unidos aproveitaram para aumentar a sua inserção nestas regiões. Ao longo da guerra, as exportações americanas praticamente dobraram e a indústria cresceu em torno de 50% durante os quatro anos de conflito – mais de dez por cento ao ano. Ao final da guerra, “[...] as grandes potências de 1914, todas europeias, haviam desaparecido [...] os EUA já eram uma grande economia industrial, o grande pioneiro, modelo e força propulsora da produção em massa e da cultura de massa que conquistaram o globo durante o breve século XX” (HOBSBAWM, 1995, p. 23-24).

Durante os anos 20, entretanto, os países europeus foram se recuperando e retomando os níveis de produção anteriores ao conflito. Ainda, voltaram a ter interesse nas áreas de influência da África e da Ásia que haviam sido deixadas de lado, e passaram a competir com os Estados Unidos nestas regiões. Com a progressiva recuperação das economias da Europa, os produtos que vinham sendo importados dos Estados Unidos por esses países passaram a ser produzidos internamente. Assim, o grande incremento de capacidade produtiva e de exportações pelo qual os Estados Unidos passaram durante a guerra não encontrava mais mercado consumidor suficiente.

Ao final da década de 20, eclodiu a terceira grande crise do sistema capitalista, conhecida como Grande Depressão. Inicialmente, quando algumas empresas americanas passaram por dificuldades, bancos e investidores individuais adquiriram ações destas empresas com a crença de que se tratava de uma crise conjuntural, não estrutural. Acreditavam que, após

---

<sup>9</sup> Além da teoria dos longos ciclos do capitalismo, que Gordon (1978) também compartilha, há outras que postulam a existência de ciclos menores, a saber: um mais curto, de aproximadamente 40 meses; e outro intermediário, chamado de “ciclo dos negócios”, com duração aproximada de 8 a 10 anos – ambos definidos por Boyer e Coriat, 1985

um curto momento de recessão, suas inversões valorizar-se-iam e eles aufeririam lucros sobre o capital investido. Como isto não ocorreu e não houve o retorno esperado dos investimentos, combinado com a redução das exportações de produtos industrializados aos países europeus, a crise que se acreditava ser conjuntural, tornou-se uma crise de superprodução e financeira simultaneamente. Em 24 de outubro de 1929, ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque. Em poucos meses, “[...] os valores das ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque caíram de 87 bilhões para 19 bilhões de dólares; o desemprego aumentou para 12 milhões, um quarto da população sem meios de se sustentar; a renda agrícola caiu a menos da metade e o produto industrial caiu quase 50%” (HUNT, 1981, p.428). Sem recuperação econômica e com todo o sofrimento social que a Grande Depressão causou, regimes autoritários começaram a surgir na Europa, como o fascismo e o nazismo. Como consequência, em 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial, que se estendeu até 1945.

Em 1936, John Maynard Keynes publicou *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que marca o início da macroeconomia. Em sua obra, Keynes inovou, defendendo que o sistema capitalista realmente era instável e que, portanto, o Estado deveria intervir em momentos em que o equilíbrio de mercado não funcionasse, contrariando a política liberal do *laissez faire, laissez passer*: *sus teorías representaron un esfuerzo consciente por retratar los cambios profundos que modificaron al Estado y al sistema capitalista a principios del siglo XX* (ZAVARRO, 2014, p.135). Devido às inovações tecnológicas e ao consequente desemprego que estas inovações geravam, ele propunha diferentes ações estatais: investimentos em infraestrutura, para empregar a mão de obra excluída do processo de produção e manter o seu poder de consumo; políticas de distribuição de renda, como o seguro desemprego, que também manteria a demanda aquecida; investimentos em educação, necessários para a qualificação da mão de obra, para manutenção das inovações tecnológicas e, conseqüentemente, para o crescimento econômico. Combinado ao individualismo da iniciativa privada, que busca a melhor alocação dos recursos para a maximização dos lucros, o Estado deveria intervir no sentido de buscar o altruísmo social. Às políticas de proteção social que os países passaram a adotar após a Grande Depressão e a publicação da Teoria Keynesiana<sup>10</sup>, chamou-se de *Welfare State* (Estado de bem estar social).

Nos Estados Unidos, políticas anticíclicas foram implantadas antes mesmo de Keynes formalizar a sua teoria. O Presidente Franklin Delano Roosevelt, para combater a crise de 1929,

---

<sup>10</sup> Será melhor detalhada no item 3.2.1.

implementou a política do *New Deal* – de 1933 a 1937 – que consistia: no investimento em obras públicas (construção de usinas hidrelétricas, pontes, hospitais, escolas, etc.), com o intuito de gerar novos postos de trabalho; na destruição dos estoques de produtos agrícolas, como o milho e o trigo, para evitar a queda de seus preços; no controle sobre os preços e o produto, para evitar uma nova onda de superprodução; e na redução da jornada de trabalho, também com o objetivo de abrir novos postos. Ainda, foi criado o salário mínimo, o seguro desemprego e o seguro aposentadoria. Assim, “[...] *el Estado creó las condiciones necesarias para la armonía social y para la acumulación rentable del capital*” (ZAVARRO, 2014, p.135). Após a Segunda Guerra Mundial, por terem sido derrotados, o Japão e a Alemanha foram proibidos de investir nas forças armadas; com isso, seus governos canalizaram os investimentos para a educação e para o setor tecnológico, o que acarretou em um forte crescimento econômico desses países no pós-guerra.

Nos anos seguintes, tanto pelos resultados das políticas keynesianas quanto pela necessidade de reconstrução do pós-guerra, o mundo experimentou um período de retomada econômica e de crescimento, que durou até o fim dos anos 60. “A Segunda Guerra Mundial na verdade trouxe soluções, pelo menos por décadas. Os impressionantes problemas sociais e econômicos do capitalismo na Era da Catástrofe aparentemente sumiram. A economia do mundo ocidental entrou em sua Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995, p. 59). No início dos anos 70, começou-se a sentir na Europa a crise que se agravaria até o final da década: a produção industrial diminuía; a inflação, até então sob controle, aumentava; e o nível de emprego na indústria caía e o setor de transportes aéreos tinha as suas primeiras baixas. Dentre os motivos da crise dos anos 70, está a alteração no sistema monetário, que acarretou em grande desvalorização do dólar americano e consequente instabilidade no comércio internacional com o fim do “padrão ouro”; uma nova onda de inovações tecnológicas, com o advento das telecomunicações, da robótica, da química fina, e dos microprocessadores; e os choques do petróleo<sup>11</sup>. “No jargão dos economistas, o sistema ficou superaquecido. Nos doze meses a partir de julho de 1972, o PIB real nos países da OCDE subiu 7,5% [...]. Uma era chegava ao fim. As décadas a partir de 1973 seriam de novo uma era de crise. A Era de Ouro perdeu o brilho” (HOBSBAWM, 1995, p. 280-281). A crise dos anos 1970, sob uma ótica marxista, resultou de uma queda na taxa de lucro do setor produtivo dos países desenvolvidos. Tal queda teria

---

<sup>11</sup> O petróleo teve o seu preço aumentado pela OPEP em virtude do início de um processo de nacionalização da produção e de uma série de conflitos ocorridos no período, como a Guerra dos Seis Dias (1967), a Guerra do Yom Kipur (1973), a Revolução Islâmica no Irã (1979) e a Guerra Irã-Iraque (a partir de 1980) – o preço do barril chegou a subir mais de 400% em cinco meses (de outubro de 1973 a março de 1974).

ocasionado dois movimentos: “[...] a própria financeirização, [...] e um processo de fuga para o Sul e o Leste, através da realocização da indústria, principalmente na Ásia, e da caça aos recursos naturais e a novas oportunidades de investimento na África e na América Latina [...]” (FARIA, 2014, p. 52).

Com a crise dos anos 1970, passam a ser criticadas as políticas keynesianas e o *welfare state* é substituído pelo neoliberalismo<sup>12</sup>: em grande parte do mundo, funções que antes eram desempenhadas pelo Estado são deixadas de lado devido ao corte de gastos públicos. Com isso, “ressalta-se a passagem do *welfare* (bem-estar como direito incondicional) para o *workfare* (bem-estar em troca de trabalho)” (SILVA, 2011, p.1). Assim, abre-se espaço para a iniciativa privada em novos setores, como a saúde, a educação e a segurança. A administração da mão de obra taylorista/fordista, que vigorou após a Grande Depressão, também passou a ser criticada, sendo substituída pelo Toyotismo – processo no qual a “flexibilidade” deve estar presente na produção, no mercado de trabalho e no padrão de consumo da sociedade. As economias capitalistas desenvolveram mecanismos para proteger a sua reprodução, com a transição do regime de produção fordista para o pós fordista, tendo como base as ideias de empreendedorismo de Joseph Schumpeter (SILVA, 2011). “Frente a isso, se estimula implantação de medidas que reorientam a base produtiva em curso, quer dizer, a saída à crise inicia com a mudança do referencial teórico orientador da política econômica: o keynesianismo é substituído pelo (neo) liberalismo” (GUILHERME, 2016, p. 29).

---

<sup>12</sup>Teoria fundamentada pelo economista austríaco Frederich Hayek, que se opõe à teoria keynesiana, incorporando novamente argumentos do liberalismo clássico e os aprofundando – será melhor detalhada no item 2.3.

### 3 AS CAUSAS DA CRISE DE 2008

Em 2007, mais uma vez, após aproximadamente 40 anos sem a ocorrência uma crise global (apenas desequilíbrios locais ou regionais), novamente ocorreu uma recessão de grandes proporções. Ioth (apud. Faria, 1989), sistematiza duas vertentes como causas das crises econômicas. A primeira é a da superprodução de mercadorias. A segunda, justifica a ocorrência das crises por um excesso de produção de capital. Esta última, por sua vez, também ramifica-se em outras duas, a saber: uma, assentada na escassez relativa da força de trabalho, que conduz a um aumento do salário real e conseqüente queda da taxa de lucros; e outra que afirma que é a composição orgânica do capital, que e(in)volui com o aumento do trabalho morto e conseqüente redução do trabalho vivo na produção, que se não compensada por um aumento na taxa de exploração, inibe o investimento, reduz a taxa de lucro e resulta em recessão – “lei da queda tendencial da taxa de lucro”.

A crise financeira em questão originou-se no início dos anos 2000, mas foi realmente diagnosticada a partir de 2006, quando os valores das habitações financiadas para compradores com baixa capacidade de pagamento (*subprime*) entraram em trajetória descendente. “Enquanto as turbulências financeiras anteriores (especialmente a quebra de 1987) não tiveram efeito significativo sobre o setor produtivo, essa queda das cotações na Bolsa atingiu como um golpe as empresas, que se colocavam no epicentro da crise dos anos 2000” (PLIHON, 2005, p. 142). Mello e Spolador (2015) afirmam que essa crise é considerada a maior desde o *Great Crash* de 1929: “a dramaticidade, o contágio em diversos mercados mundiais e o impacto no lado real das economias mostram as semelhanças entre as duas crises (MELLO e SPOLADOR, 2015, p. 417).

O primeiro banco a tomar atitudes que levaram à desconfiança dos mercados foi o BNP Paribas (França), em meados de 2007, suspendendo os resgates em três fundos de investimentos sob sua administração (com patrimônio aproximado de 1,6 bilhões de euros); entretanto, com a ação concreta das Agências Bear Stearns, Fannie Mae e Freddie Mac<sup>13</sup> (EUA), e Northern Rock<sup>14</sup> (Inglaterra), a confiança dos mercados (ainda) não foi totalmente deteriorada. Em

---

<sup>13</sup> Agências de capital aberto, mas controladas pelo governo dos EUA, criadas para liquidez ao mercado de hipotecas do país.

<sup>14</sup> Agência inglesa com funcionamento similar às americanas Fannie Mae e Freddie Mac.

setembro, todavia, o *Federal Reserve – FED*<sup>15</sup> não interveio para resgatar o banco americano Lehman Brothers e a crise materializou-se.

Nos Estados Unidos, após a quebra do banco Lehman Brothers, a resposta dos investidores (que não esperavam que o governo norte americano “deixasse” o banco ir à falência) foi extremamente forte: ocorreu o movimento chamado de *fly to quality*, em que os investidores se desfizeram de seus ativos de maior risco e buscaram títulos públicos soberanos dos Estados Unidos (de “risco nulo”), mesmo que as taxas de juros desses títulos estivessem também próximas de zero – ou seja, os investidores buscavam nada mais do que proteção para os seus investimentos. Como consequência, houve uma severa restrição da liquidez no mercado e o empocamento desta liquidez nos bancos.

Em outubro de 2008, após uma reunião do G7<sup>16</sup>, o grupo publicou um comunicado informando “*Take decisive action and use all available tools to support sistemically importante financial institutions and prevent their failure*”, ou seja, os governos não permitiriam mais que instituições financeiras de risco sistêmico (*too big to fail*) fossem à bancarrota. Assim, nos Estados Unidos, foi criado o *Troubled Asset Relief Program – TARP*, com o volume de recursos de US\$ 700 bilhões, para que o governo se tornasse sócio de bancos e de grandes empresas, se necessário, para impedir as suas falências. Ainda, foi posto em prática o “afrouxamento quantitativo” (*quantitative easing*), para aumentar a liquidez: entre março de 2009 e outubro de 2014, o *FED* adquiriu cerca de US\$ 3,7 trilhões entre títulos públicos e privados, para dar liquidez ao mercado e garantir que nenhum outro banco fosse à falência por esse motivo – as falências, a partir de então, foram por problemas de solvência, mas não de liquidez. Entretanto,

A não ser pela estatização de grandes empresas em situação falimentar, como a GM, a seguradora AIG e as instituições de crédito habitacional Fannie Mae e Freddie Mac (que, por sinal, haviam nascido estatais), o raio de ação da política fiscal continua muito reduzido. Face às limitações da política monetária, no limiar de uma armadilha de liquidez, a rigidez fiscal causada por um impasse político sem solução entre conservadores e liberais dos dois grandes partidos com representação no Congresso, desse impasse resulta uma política econômica de um keynesianismo manco, incapaz de agir mais significativamente sobre a demanda efetiva (FARIA, 2014, p. 53-54).

Portugal (2017) elenca três motivos como principais para a eclosão da crise de 2007, considerando-a uma crise bancária:

---

<sup>15</sup> Banco Central norte americano.

<sup>16</sup> Grupo composto por Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Japão, França, Reino Unido e Itália, algumas das economias mais industrializadas do mundo.

(i) Longo período com taxa de juros muito baixas da economia norte americana e europeia: após a crise das empresas de alta tecnologia, no início dos anos 2000, os Estados Unidos baixaram a sua taxa básica de juros para auxiliar na recuperação econômica e a mantiveram em patamares reduzidos durante um longo período de tempo. O FED manteve uma grande diferença na taxa de juros que executou para a que “deveria ter sido executada” caso houvesse seguido a Regra de Taylor<sup>17</sup> – o que vinha sendo feito pelo Banco Central norte americano desde o início dos anos 90.

(ii) vários anos consecutivos de significativos superávits no balanço de pagamentos em conta corrente em países em desenvolvimento, em especial no Japão e na China, aumentando a demanda por títulos do tesouro norte americano (mesmo com taxas próximas de zero);

(iii) erros de regulamentação: houve interferência estatal em demasia, via Fannie Mae e Freddie Mac, que operavam comprando créditos concedidos pelos bancos a clientes *subprime*; e desregulamentação financeira exagerada, o que permitiu a introdução de novos tipos de papéis – *Structured Investment Vehicles (SIV)*<sup>18</sup> – e operações financeiras que ocorriam à margem da supervisão das autoridades monetárias. Para Harvey (2011), esses instrumentos financeiros foram planejados para transgredir as barreiras regulatórias anteriormente existentes.

Os itens (i) e (ii) deixaram o mercado com excesso de liquidez, e o item (iii) gerou as oportunidades de investimento para esse excesso de liquidez. Ainda, os sistemas internos de avaliação de risco das instituições financeiras norte americanas falharam em precificar o risco que estava sendo tomado nesses novos tipos de operações e de papéis.

De maneira semelhante, no início da crise, a União Europeia também atuou no sentido de “tranquilizar os mercados”, comprometendo-se a “apoiar as principais instituições financeiras, a evitar falências e a proteger os depósitos dos aforradores” (Conselho Europeu<sup>19</sup>, outubro de 2008). Este período é chamado na Europa de “fase financeira” da crise. Com o diagnóstico de que o epicentro da crise havia se deslocado dos EUA para a Europa, em dezembro de 2008, novamente o Conselho Europeu se reuniu e deu início a o que se chama de

---

<sup>17</sup> Regra criada por John Taylor, que afirma que a autoridade monetária deve elevar a taxa de juros em um percentual maior que o do aumento da inflação; caso contrário, a inflação não convergirá para a meta estabelecida.

<sup>18</sup> Instrumento de investimentos que permitiam que os contratos das hipotecas *subprime* e outros papéis de alto risco fossem securitizados e classificados pelas agências de risco como *investment grade* (com grau de investimento).

<sup>19</sup> Principal organismo político da União Europeia, composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos países membros mais o Presidente da Comissão Europeia.

“fase expansionista” da crise, quando passou a admitir que os problemas não eram apenas no mercado financeiro, mas também na economia real: “A crise financeira está agora a ter impacto na economia. A zona euro, e, na realidade, a União como um todo, estão ameaçadas pela recessão” (Conselho Europeu, dezembro de 2008). A cronologia da crise na União Europeia consiste na que segue:

Todos os Estados membros da UE se endividaram, convertendo dívidas privadas em dívidas públicas. Pelo caminho, os Estados da UE com economias mais frágeis viram as suas dívidas soberanas serem alvo de especulação nos mercados financeiros e desclassificadas pelas agências de *rating*. As taxas de juros destas dívidas dispararam e os mercados financeiros da zona do euro segmentaram-se [...] (COSTA e OLIVEIRA, 2013, p. 12).

O aprofundamento da financeirização ocorreu “devido à redução dos custos de transação para a mobilidade do capital, à melhoria dos arranjos institucionais nos países envolvidos na globalização e também às significativas inovações difundidas no sistema financeiro”. Tal progresso, entretanto, veio acompanhado “do risco representado pela maior volatilidade dos fluxos de capital.[...] Cria-se um verdadeiro sistema de vasos comunicantes na economia global, e qualquer crise logo inicia uma busca por liquidez que acaba contagiando todas as economias” (MELLO e SPOLADOR, 2010, p. 364).

O início dos anos 2000 confirma o que ocorreu nas crises anteriores: “a tendência à superacumulação. Apesar do lucro absorvido pelos países cêtricos com o processo de liberalização, mundialização financeira e privatização, a euforia da “nova economia”, baseada em mercados bursáteis, conhece os impactos das denominadas “bolhas globais” (GUILHERME, 2016, p.32). Na mesma linha:

O controle dos fluxos financeiros internacionais e a penetração de todos os mercados do mundo pelo capital de Wall Street, possibilitado pela liberalização e desregulação financeira, tiveram como consequência a orgia especulativa que causou o colapso das instituições donas do dinheiro mundial. Hoje, encontram-se quase todas recebendo generosas transfusões de sangue do Tesouro norte-americano, assim como suas sócias menores do outro lado do Atlântico o fazem do Banco Central Europeu, para poderem sobreviver ao colapso causado por sua própria lógica de acumulação do capital fictício ao infinito (FARIA, 2014, p. 52).

Assim, as crises que ocorrem no sistema capitalista desde o início do século XIX, “A despeito de poderosos organismos internacionais – tais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros – costumam ser tão frequentes atualmente como eram no século XIX” (MELLO e SPOLADOR, 2010, p. 316).

### 3.2 REFERENCIAL TEÓRICO DO CAPITALISMO

Antes de analisar as reações dos governos à crise atual e verificar as suas consequências, na sequência desta seção, serão discutidas as três principais abordagens teóricas do sistema capitalista. À parte da nomenclatura utilizada para diferenciar estas abordagens – liberalismo, keynesianismo e neoliberalismo – também havia a opção de outras, como clássicos, keynesianos e neoclássicos, ou ortodoxos e heterodoxos. Neste caso, como as abordagens serão discutidas com o intuito de verificar em qual (ou em quais) as decisões atuais dos governos foram fundamentadas, e por acreditar-se que os critérios utilizados para tais decisões foram ideológicos (e não teóricos/empíricos), utilizou-se a primeira opção.

#### 3.2.1 O Liberalismo

Tendo o seu início na época do Iluminismo<sup>20</sup>, é impossível discutir o liberalismo clássico em seu viés econômico sem, entretanto, contextualiza-lo ao político, que surgiu consigo. John Locke, afirmava que o ser humano era naturalmente altruísta; pela “evolução social”, a sua intrínseca liberdade seria formalizada em um “contrato social”, tendo o Estado a “obrigação contratada” de garantir a liberdade, a propriedade e a vida: “É em nome dos Direitos Naturais do homem que o contrato social entre os indivíduos que cria a sociedade é realizado, e o governo deve, portanto, comprometer-se com a preservação destes direitos (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2008, p. 204). Jean Jacques Rousseau, entretanto, apesar de ter pensamentos similares aos de Locke, acabou afastando-se do liberalismo e aproximando-se dos socialistas utópicos Saint-Simon e Charles Fourier, e concentrando as suas ideias na análise da (des)igualdade: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece” (ROUSSEAU, 1978, p. 32).

Thomas Hobbes, por outro lado, acreditava que os instintos humanos eram, em sua essência, a violência e o ganho. Assim, o Estado deveria atuar no sentido de “adestrar” esses instintos, possibilitando a vida em sociedade. Hobbes via na guerra (e no desejo da maioria dos indivíduos em evita-la) o motivo principal para que as pessoas, mesmo sob “efeito” de seus instintos naturais, aceitassem viver em sociedade sob a tutela de um “contrato social”: “Qualquer governo é melhor que a ausência de governo. O despotismo, por pior que seja, é

---

<sup>20</sup> Movimento filosófico, político e cultural, no século XVIII, da elite intelectual europeia que buscou substituir a herança da tradição medieval pelo racionalismo

preferível ao mal maior da Anarquia, da violência civil generalizada e do medo permanente da morte violenta” (GIANNETTI, 2007, p.81).

### 3.2.1.1 Adam Smith

O liberalismo econômico, por sua vez, influenciado pelos movimentos políticos e culturais que ocorriam na Europa no século XIII, surgiu como oposição ao mercantilismo e ao feudalismo, que tinham o grande controle estatal sobre a economia como principal característica. Como o próprio nome diz, a doutrina defendia a “liberalização” da economia da intervenção estatal. Em sua primeira obra (*A Teoria dos Sentimentos Morais*, 1759), Adam Smith – o principal teórico do liberalismo econômico – apesar de ainda não discorrer sobre o funcionamento da economia liberal, já teorizava sobre o "egoísmo altruísta": “Por mais egoísta que se possa admitir que seja o homem, é evidente que existe certos princípios em sua natureza que o levaram a interessar-se pela sorte dos outros e fazem com que a felicidade destes lhe seja necessária, embora disso ele nada obtenha que não o prazer de testemunhar" (SMITH, 2005, p. 9).

Em *A riqueza das nações*, Smith formaliza as bases do liberalismo econômico. Nesta obra, é ignorada a contradição entre o egoísmo e o coletivismo, ressaltando-se que o egoísmo individual leva à virtude coletiva através de uma “mão invisível”:

Todo indivíduo está continuamente esforçando-se para achar o emprego mais vantajoso para o capital que possa comandar. É sua própria vantagem, de fato, e não a da sociedade, que ele tem em vista. Mas o estudo de sua própria vantagem, naturalmente, ou melhor, necessariamente, leva-o a preferir aquele emprego que é mais vantajoso para sociedade. [...] Assim, o mercador ou comerciante, movido apenas pelo seu próprio interesse egoísta, é levado por uma mão invisível a promover algo que nunca fez parte do interesse dele: o bem-estar da sociedade (SMITH, 1994, p. 202).

Smith era grande crítico da regulação dos mercados e da predominância dos monopólios (característicos de sua época), defendendo o livre comércio, a livre concorrência e a livre negociação. Para Smith, um mercado monopolista que discriminava preços era muito menos desejável do que um ambiente competitivo, em que a concorrência levaria à queda dos preços e ao aperfeiçoamento dos produtos e serviços para a conquista de mercados – a lei da oferta e da demanda controlaria os preços e incentivaria o surgimento de novas tecnologias. O Estado deveria limitar-se a manter a ordem, proteger o patrimônio, construir obras de infraestrutura e cuidar da educação, evitando a utilização da força e as fraudes para alterar a livre competição

por parte dos indivíduos. Esse seria o seu papel institucional. Para Smith, a produção da riqueza de uma nação residia no trabalho, e não nas quantias de ouro acumuladas.

A divisão do trabalho é também um dos conceitos mais aprofundados por Smith em sua obra. Novamente, ele ressalta a contra produção da centralização, defendendo que a repartição agrega velocidade (tempo economizado passando-se de uma atividade a outra); qualificação (maior habilidade dos trabalhadores); e incentiva a invenção de novas máquinas para agilizar e facilitar o processo produtivo. “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (SMITH, 1994, p.41). Ainda sobre a divisão do trabalho, Smith afirma que ela é intrínseca à raça humana, “não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos” (SMITH, 1994, p. 49).

Acemoglu e Robinson (2012) retomam Adam Smith reforçando a importância das instituições para o funcionamento dos mercados. Definem as instituições como econômicas ou políticas, em inclusivas ou extrativas, e afirmam que quando existem simultaneamente instituições econômicas e políticas inclusivas é que ocorre o crescimento econômico. As econômicas inclusivas caracterizam-se por defender os direitos de propriedade, manter um ambiente competitivo para os negócios e incentivar os investimentos em novas tecnologias, ao passo que as extrativas são estruturadas para captar os recursos de muitos e transferi-los para poucos. Já as instituições políticas inclusivas distribuem o poder de forma ampla e pluralista, não deixando de manter uma mínima centralização para estabelecer a lei e a ordem, enquanto as extrativas concentram o poder na mão de poucos, os quais obtêm incentivos para manter e desenvolver instituições econômicas extrativas, para beneficiarem-se e utilizar os recursos assim obtidos para cimentar o seu poder político - ocorre a retroalimentação. Por fim, os autores afirmam que mesmo com instituições extrativas pode haver crescimento econômico, mas por curtos períodos – foi o caso da URSS.

### 3.2.1.2 David Ricardo

De Ricardo, três são os conceitos mais importantes: o aprofundamento da Teoria do valor trabalho (já discutida por Smith); a renda da terra (ou fundiária); e a Teoria das vantagens comparativas. Na Teoria do valor trabalho, Ricardo afirma que “[...] a utilidade, [...], não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial (RICARDO, 1996, p.23)”. Para Ricardo, “[...] possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas

fontes básicas: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las [...]” (RICARDO, 1996, p.24).

Diferentemente de Smith, Ricardo se preocupou também com a distribuição do produto na sociedade. Em relação à renda da terra, mais uma vez Ricardo inovou: para ele, a renda da terra não fazia parte dos custos de produção nem, portanto, era incorporada ao valor da mercadoria; assim, configurava-se em uma parcela do produto da terra paga ao proprietário pelo “[...] uso das forças originais e indestrutíveis do solo” (RICARDO, 1996, p.49). A renda da terra, portanto, era advinda da escalada dos preços dos produtos agrícolas – consequência do crescimento populacional. Assim, “[...] não encontrava justificativa em termos do esforço do proprietário do solo; não era senão consequência de fatores alheios à teoria do valor trabalho incorporado” (SILVA, 2003, p.23).

Por fim, Ricardo teorizou sobre o comércio exterior, explicitando as vantagens comparativas das trocas entre os países – provavelmente, a sua maior contribuição. Em *An Essay on the Influence of a low Price of Corn on the Profits of Stock*, Ricardo argumenta que as leis de restrição à importação de trigo na Inglaterra aumentavam os custos de produção, seguindo a seguinte lógica: em autarquia, o trigo é produzido, inicialmente, nas terras mais férteis (com menores custos de produção). Ao passo que o consumo aumenta, terras menos férteis passam a ser utilizadas, acarretando em um aumento do custo de reprodução da força de trabalho e, por óbvio, do preço do trigo para viabilizar a produção – lei dos rendimentos marginais decrescentes. Portanto, “[...] à medida que aumentasse o preço dos alimentos, os salários também teriam de ser elevados. Como para os clássicos o lucro é residual, isto é, o preço de venda menos os custos de produção, o mesmo acabaria diminuindo à medida que se elevassem os salários” (BELLO, 1989, p.40) para todos os setores da economia, prejudicando a competitividade do país. Assim, Ricardo passou a defender que os países deveriam produzir e exportar produtos em relação aos quais tivessem “vantagens comparativas”. A grande diferença do argumento de Ricardo para o dos protecionistas é o de que ele analisou o comércio exterior pela ótica da produtividade, ao passo que os protecionistas o faziam sob a ótica do emprego e da renda: “Medidas protecionistas são populares pois beneficiam muito e indiretamente a um grupo específico e prejudicam pouco e indiretamente a toda a sociedade” (PORTUGAL, 2017, p.7).

### 3.2.1.3 Jean-Baptiste Say

Say tem como sua maior contribuição a chamada Lei de Say ou Lei dos Mercados. Em seus postulados, Say esclarece o pensamento liberal de que a moeda é neutra, ou seja, tem apenas duas funções: unidade de conta e meio de transações. Assim,

[...] o dinheiro é apenas a viatura do valor dos produtos [...], o dinheiro desempenha somente um ofício passageiro nessa dupla troca; e, terminadas as trocas, verifica-se sempre; produtos foram pagos com produtos. É bom observar que um produto acabado oferece, a partir deste instante, um mercado para outros equivalentes a todo montante de seu valor [...] (SAY, 1983, p. 138-139).

Portanto, Say ignorava a possibilidade de entesouramento. De acordo com a Lei de Say, não ocorreriam crises de superprodução no sistema capitalista (afirmação que logo provou-se equivocada), visto que "a oferta cria sua própria demanda": toda a produção poderia ser consumida, já que a demanda de um bem seria determinada pela oferta de outros bens – haveria uma relação tautológica entre oferta e demanda. Portanto, “eventuais desequilíbrios seriam apenas temporários e atingiriam apenas algumas mercadorias, não se estendendo, assim, para o mercado como um todo” (BELLO, 1989, p.33).

### 3.2.1.4 John Stuart Mill

Também adepto à Lei de Say, mas aceitando a possibilidade da ocorrência de crises no sistema capitalista, John Stuart Mill concentrava a sua discussão sobre a possibilidade de ocorrência de crises em dois pontos básicos: a especulação e o sistema de crédito. Em relação à especulação, a argumentação era de que em uma situação de pressão para o aumento dos preços, por exemplo, uma quebra de safra, esse aumento refletiria também na maior realização de lucro por partes dos capitalistas. Essa expansão dos negócios levaria à concentração de capital acima das possibilidades para o bom funcionamento dos mercados, gerando especulação e consequente “[...] quebra de estabelecimentos, desemprego, generalização da pobreza [...], visto que os lucros habituais não poderiam mais ser obtidos” (BELLO, 1989, p.42). No que tange à análise do sistema de crédito, Mill argumentava que, na fase de expansão da economia, as taxas de juros reduziam-se muito, acarretando em endividamento por parte dos comerciantes para estocar produtos e poder competir na situação de alta dos preços no período de euforia. Entretanto,

[...] uma reviravolta comercial, os preços gerais caem abaixo do nível usual, na mesma medida em que haviam subido acima dele durante o período de especulação antecedente; e a queda de preços, bem como a sua subida, não provém de alguma coisa que afete o dinheiro, mas da conjuntura creditícia: uma utilização

extraordinariamente grande de crédito durante o período anterior, seguida por grande redução do mesmo no período subsequente (MILL, 1983, p. 104).

### 3.2.1.5 Alfred Marshall

Com postulados similares aos de Mill, Alfred Marshall adicionou à discussão do funcionamento da economia capitalista e de suas crises a confiança dos agentes como variável determinante para a estabilidade dos mercados. Para Marshall, a queda na confiança dos agentes “impediria” a abertura de novas empresas e o incremento dos negócios das já existentes; assim, seria reduzida a taxa de ocupação na operação das corporações e ocorreria o concomitante arrefecimento de suas demandas por outros produtos e atividades, configurando um espiral recessivo. Marshall também culpava a rigidez dos salários e as organizações sindicais pela dificuldade de retomada do nível de produção e emprego nos períodos de crise:

O alto padrão dos salários em dinheiro, alcançado durante a inflação, é agora alto demais para deixar boa margem de lucros, mesmo sobre o trabalho dos homens plenamente eficientes [...] Quanto mais se insistir nessa política, generalizando-a entre os sindicatos, tanto mais profundo e prolongado há de ser o prejuízo causado ao dividendo nacional, e tanto menor será o emprego em geral, a bons salários, por todo o país (MARSHALL, 1982, p. 148).

### 3.2.1.6 A Teoria Quantitativa da Moeda

Tendo originado o monetarismo da segunda metade do século XX, a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) – um dos principais postulados do liberalismo clássico – foi discutida inicialmente por David Hume, em seu ensaio *Of Money* (1752). Mais tarde, Irving Fisher a popularizou em *The Purchasing Power of Money* (1911). Basicamente, a TQM tenta justificar a causa das flutuações no valor da moeda – o estoque de moeda seria o principal determinante do nível de preços. O postulado era de que o produto (a preços constantes) dependeria unicamente das variáveis da “economia real”: fatores de produção e função de produção agregada – a velocidade de circulação da moeda, no longo prazo, variaria de forma gradual e previsível – portanto, era desprezível no curto prazo. Resumidamente, a Teoria Quantitativa da Moeda pode ser formalizada via equação de trocas, da seguinte forma:  $MV = Py$ , em que M é a quantidade de moeda; V, a velocidade de circulação da moeda; P, o nível geral de preços; e y, o nível real do produto. Assim, partindo-se do pressuposto de que a velocidade de circulação da moeda é previsível, “confirma-se” a relação direta e proporcional entre a quantidade de moeda e o nível geral de preços (confirma-se entre aspas devido à fragilidade do pressuposto da previsibilidade da velocidade de circulação da moeda e de esta ser desprezível no curto prazo).

Portanto, conforme visto, apesar das diferentes interpretações para o sistema capitalista existentes entre os liberais, todos advogam pela pouca ou nula atuação do Estado na economia. Também não reconhecem as crises do sistema como inerentes, mas como acontecimentos “passageiros” e exógenos – endogenamente, o sistema seria auto-equilibrado: “as crises não passariam de fenômenos circunstanciais, e a sua superação dar-se-ia de modo quase automático” (Bello, 1989, p.32).

### 3.2.2 O Keynesianismo

#### 3.2.2.1 John Maynard Keynes

A partir da década de 20, o economista inglês John Maynard Keynes passa a contestar os princípios do liberalismo clássico:

Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente (KEYNES, 1978, p. 120).

Para Carvalho (apud FERRARI, 2006, p. 45-47), Keynes “[...] estava longe de ser um igualitarista [...]”, pois afirmava que “Existem valiosas atividades humanas que requerem o motivo do lucro e a atmosfera da propriedade privada de riqueza para que possam dar os seus frutos” (KEYNES, 1983, p. 254). Entretanto, concluiu que, com o liberalismo, a desigualdade entre os homens chegou a níveis inaceitáveis. Keynes, assim, não propõe um sistema alternativo ao capitalismo, mas um “capitalismo alternativo”: critica os excessos do sistema e, apesar de não refuta-lo, retoma conceitos de Marx ao colocar a questão distributiva no cerne da discussão, defendendo que a concentração da riqueza é contra produtiva na busca do crescimento econômico. Fonseca (2010), afirma que a principal contribuição de Keynes foi a inversão da relação de causalidade entre a oferta e a demanda: “[...] é o fluxo de gastos que gera a renda, de modo que é a demanda a responsável pelo aumento da produção” (FONSECA, 2010, p. 437).

Em sua primeira obra, intitulada *Indian currency and finance* (1913), partindo da análise do sistema monetário-financeiro indiano (ainda sob grande influência da Inglaterra), Keynes critica a utilização do ouro como principal instrumento de reserva internacional de valor. São discutidas as (des)vantagens dos sistemas monetários *gold standard* e *gold-exchange standard*, e é proposto um novo sistema monetário em que a liquidez internacional seja administrada pela política monetária nacional, visto que “*the use of a cheap local currency artificially maintained*

*at par with the international currency or standard of value ...is the ideal currency of the future* (KEYNES, 1913, p.36).

Em 1920, Keynes publicou a sua segunda obra, *The economic consequences of the peace*. Este livro “representa a transição do pensamento ortodoxo keynesiano para as ideias originais de Keynes acerca do funcionamento da dinâmica do capitalismo moderno” (FERRARI, 1991, p.46), em que Keynes propõe: a reorganização do comércio internacional, através de uma *Free Trade Union*; a reforma monetária internacional; a manutenção das relações comerciais e financeiras com todos os países da Europa (por parte da Inglaterra); e a revisão do Tratado de Versailles. Neste trecho, Keynes aponta a relação entre a emissão de moeda por parte do governo e a inflação: “*The inflationism of the currency systems of Europe has proceeded to extraordinary lengths. The various belligerent Governments, unable, or too timid or too short-sighted to secure from loans or taxes the resources they required, have printed notes for the balance*” (KEYNES, 1920, p.223).

Analisando os surtos hiperinflacionários do pós-guerra, Keynes passou a questionar certos aspectos da Lei de Say e da TQM. Formalmente, ele argumentava que, ao menos no curto prazo, a velocidade de circulação da moeda ( $v$ ) afeta o nível de preços. Como “*...inflation and deflation... has an effect in altering the distribution of Wealth between different classes...*” (KEYNES, 1923, p.3), a autoridade monetária deveria interceder no sentido de estabilizar os níveis de preços – *money matters* – já que estes influenciam na questão distributiva (emprego e renda) e produtiva da economia (PIB). Keynes, entretanto, não nega a correção da Teoria Quantitativa da Moeda no longo prazo: “*in the long run this is probably true*” (KEYNES., 1923, p.65); mas, em uma de suas passagens mais citadas, conclui: “*this long run is a misleading guide to current affairs. In the long run we are all dead*” (KEYNES, 1923, p.65).

Aparentemente prevendo a crise que ocorreria nos anos seguintes, Keynes passa abertamente a criticar o capitalismo liberal clássico, propondo um “capitalismo gerenciado”: “*...devotees of capitalism are often unduly conservative, and reject reforms...*”, mas “*for my part, I think that capitalism, wisely managed, can probably be made more efficient for attaining economic ends than any alternative system yet in sight...*” (KEYNES, 1926, p.294). Para Ferrari (1997), Keynes deixa claro que uma “mão visível” do Estado (ironia à mão invisível de Smith), através de mecanismos institucionais ativos, é necessária para a administração das questões sócio econômicas. “*Our problem is to work out a social organization which shall be as efficient*

*as possible*” (KEYNES, 1926, p.294), já que o capitalismo liberal clássico não estava sendo eficiente.

Ao final dos anos 30, Keynes publica *A treatise on money*, que é dividido em dois volumes: *The pure theory of Money* e *The applied theory of money*. É neste livro em que são definidos os *animal spirits* em que os agentes econômicos se encontram: o pleno emprego ocorreria quando a sociedade não está nem no estado *bull*, nem no estado *bear*, mas mantendo, na forma de *saving-deposits*, a proporção “normal” de riqueza entesourada – igualando os volumes de poupança e de investimento. Ainda no primeiro volume, Keynes afirma que o controle sobre os juros, exercido pelo Banco Central, é que irá conduzir os agentes econômicos a pouparem ou gastarem, sendo um instrumento que possibilita a administração dos níveis de produto e de emprego e da estabilidade dos preços. Assim, Keynes “limita” a eficiência da Teoria Quantitativa da Moeda às situações de pleno emprego; ou seja, em casos de desequilíbrio, a livre atuação das forças de mercado não seria capaz de reestabelecer o funcionamento da economia com a ótima alocação dos recursos.

No segundo volume, Keynes revisa a sua posição sobre o *gold-exchange standard* (defendido por ele em *Indian currency and finance*), concluindo que “...*the gold standard is part of the apparatus of Conservadorism...*” (KEYNES, 1976, p.300); assim, abandona definitivamente qualquer possibilidade da manutenção do padrão ouro para o sistema financeiro. É proposta a criação de uma autoridade monetária internacional, que administraria a estabilidade e o valor das reservas internacionais e controlaria o ciclo de crédito, com o intuito de manter o nível da atividade econômica próximo ao (ou em) pleno emprego.

Em sua atuação no *Macmillan Comitee*, Keynes sugere que “...*some protectionist measures should be introduced...*” (KEYNES, 1976, p.378), refutando a *Free Trade Union* outrora proposta e as “vantagens comparativas” de Ricardo. Para Ferrari (1997), o motivo da guinada ao protecionismo proposta por Keynes é o de as tarifas (tributos), por serem mais flexíveis do que a taxa de câmbio, ganharem importância pelo seu papel na compensação da excessiva valorização cambial advinda do retorno da Inglaterra ao padrão ouro.

Conforme visto anteriormente, após a crise de 1929, passou-se a contestar o liberalismo econômico clássico como um todo. O diagnóstico era o de que a doutrina havia falhado, tanto por levar o sistema à maior crise de sua história, quanto nas soluções possíveis que apresentava. Aconselhado por Keynes, nos Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt executou a política chamada de *New Deal* (1933-1937) para tentar recuperar a economia do país. Em

1936, Keynes lançou a sua obra mais conhecida, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, teorizando essas novas práticas de política econômica.

Tendo a sua fundação como uma teoria para “remediar” as crises dos ciclos econômicos, o Teoria Geral contesta o liberalismo econômico e os mercados auto equilibrantes, defendendo a intervenção do Estado na economia em momentos em que as forças privadas de mercado, por si só, não têm êxito na alocação dos recursos via sistema de preços relativos. “Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real” (KEYNES, 1983, apud FONSECA, 2010, p.445). Nesses momentos, para Keynes, o Estado deveria intervir gerando demanda efetiva. Esta demanda efetiva citada por Keynes era fundamentada em três pilares: propensão marginal a consumir, eficiência marginal do capital, e preferência pela liquidez. A propensão marginal a consumir é um coeficiente que varia entre zero e um e consiste no percentual da renda que os indivíduos dispõem no consumo em um dado período. Ela integra a função consumo keynesiana, que é a soma do consumo autônomo (consumo mínimo necessário para a sobrevivência dos indivíduos) com a multiplicação da propensão marginal a consumir pela renda disponível da economia (toda produção da economia nesse mesmo período, deduzidas da renda líquida do governo, da renda líquida enviada ao exterior e da renda bruta das empresas).

No que tange à eficiência marginal do capital (EMgK), que está contida na função investimento keynesiana, ela consiste na relação entre a expectativa de ganhos futuros advindos do investimento em determinado bem de capital com o custo de produzir novas unidades desse bem, ou seja, é “a taxa de lucros prevista para os novos investimentos” (BRESSER PEREIRA, 1973). Keynes enfatizou o papel das expectativas na decisão dos indivíduos em investir ou entesourar os seus capitais; assim, o investimento ocorre até o ponto em que a EMgK for maior que a taxa de juros – após este ponto, os agentes econômicos deixam de investir os seus capitais e passam a aplica-los no mercado financeiro. Portanto, o investimento (variável de maior importância para o modelo keynesiano) é função da taxa de juros e da demanda por investimentos. Keynes via a EMgK como a “chave” para a ocorrência das crises do sistema capitalista: “[...] creio que a explicação mais normal e por vezes a essencial da crise não é [...] senão um repentino colapso da eficiência marginal do capital” (KEYNES, 1936 apud Mello, 1989, p.55).

A queda na EMgK faria com que os empresários “desenvolvessem” o que Keynes chamou de uma preferência pela liquidez: “[...] o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital suscitam um forte aumento da preferência pela liquidez – e, portanto, uma alta da taxa de juros. A preferência pela liquidez pode ser definida como a quantidade de moeda que os agentes irão reter dada a taxa de juros corrente. Em sua teoria da taxa de juros, afirma:

[...] não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível. Isso implica que, se a taxa de juros fosse menor, isto é, se a recompensa da renúncia à liquidez se reduzisse, o montante agregado de moeda que o público desejaria conservar excederia a oferta disponível e que, se a taxa de juros se elevasse, haveria um excedente de moeda que ninguém estaria disposto a reter. Se esta explicação for correta, a quantidade de moeda é outro fator que, aliado à preferência pela liquidez, determina a taxa corrente de juros em certas circunstâncias (KEYNES, 1982, p.122).

Com sua análise sobre a demanda efetiva, Keynes conclui que, em momentos de incerteza, apenas a política monetária (defendida pelos liberais), não seria eficiente para “reativar” a economia, levando-a à situação de armadilha da liquidez: “os agentes acreditam que a aquisição de títulos acarretará uma perda, e por isso mantêm o dinheiro na forma líquida. Em consequência, a expansão monetária apenas provocaria o incremento dos saldos monetários ociosos” (SANDRONI, 1999, p.350). Assim não haveria estímulo para que as empresas investissem, contraindo a demanda por bens de capital; concomitante a isto, haveria o declínio da renda e, conseqüentemente, da poupança – assim, novamente chegar-se-ia a um nível de igualdade entre poupança e investimento, mas em um patamar bastante inferior ao anterior: o resultado seria um “equilíbrio de desemprego”. Nestes casos, Keynes advoga que a utilização da política fiscal, juntamente à da monetária, seria necessária para reestabelecer o pleno emprego, ou seja, o governo deveria intervir na economia reduzindo tributos e aumentando gastos públicos (lado fiscal), além de cortar a taxa de juros (lado monetário). Assim, o déficit público, em determinados momentos, seria necessário.

Fica claro que os argumentos de Keynes “convencem” por esclarecer que os fundamentos do liberalismo eram equivocados não por questões morais, mas por constituírem-se em uma pós-verdade – fato comprovado pela crise dos anos 30: “[...] que diferença há entre a “mão invisível” smithiana, [...], com a divindade religiosa ou força exógena política (como o rei absolutista), últimos recursos para garantir uma ética que compatibilizasse atos individuais e sociais?” (FONSECA, 2010, p. 431). Em alguns aspectos, entretanto, como na discussão

puramente teórica (e não política/ideológica) do desemprego, bem como na análise da questão tecnológica, a obra de Keynes é “aberta”.

### 3.2.2.2 Joseph Schumpeter

Da mesma maneira que Marx e Keynes, Joseph Schumpeter também considerava as crises inerentes ao sistema capitalista. Schumpeter acreditava que o capitalismo operava em “ciclos econômicos”, e que a crise era uma fase desses ciclos – as demais fases eram a prosperidade, a depressão e a recuperação/retomada:

[...] o boom termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo boom se sucede à depressão quando o processo de reabsorção das inovações estiver terminado (SCHUMPETER, 1982, p. 142).

O motivo da ocorrência das crises é onde reside uma das principais diferenças de Schumpeter para Marx e Keynes: enquanto Marx afirmava que as crises eram desencadeadas pela queda na taxa de lucros e Keynes concentrava o seu argumento para as recessões em problemas de demanda efetiva, Schumpeter argumentava que a baixa atividade econômica em determinado período era consequência do esgotamento de um processo de inovação tecnológica (BELLO, 1989).

A questão creditícia também teve relevada importância na abordagem schumpeteriana: para ele, a interligação entre os empréstimos, as inovações tecnológicas e as novas combinações daí resultantes dariam o dinamismo necessário ao funcionamento do sistema capitalista. O crédito representaria o montante de riqueza direcionado para a inovação (o montante que teve a sua trajetória natural de circulação alterado), e que, portanto, teria a capacidade de modificar a estrutura produtiva anterior: “a criação do poder de compra cumpre um papel fundamental na minha argumentação” (SCHUMPETER, 1982, p. 143).

Por não considerar que as mudanças tecnológicas ocorressem sozinhas, mas acompanhadas por transformações sociais e institucionais, Schumpeter concluiu que o socialismo, em algum momento, suplantaria o capitalismo. Nos períodos recessivos, as transformações sociais e institucionais restavam por destruir o quadro institucional anterior, impedindo tanto a inovação quanto a volta à normalidade do sistema – ocorria a “queima” do capital: “as pequenas e médias empresas, os artesãos, a exploração familiar e a intelectualidade destruíam-se, enquanto as grandes empresas burocratizadas eram incapazes de correr riscos de inovar (BELLO, 1989, p. 65).

Na aparente tentativa de uma síntese “keynesiano-schumpeteriana”, em *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*, Mariana Mazzucato busca desmistificar a ideia de que a livre iniciativa (“moderna, eficiente”) sem a intervenção do Estado (“atrasado, burocrático”) é o que sustenta o bom funcionamento do sistema capitalista, conforme pregam os neoliberais, que afirmam que o Estado deveria intervir apenas no sentido de corrigir falhas de mercado (situações em que o mercado não consegue alocar os recursos com eficiência). A autora argumenta que mesmo nos adventos tecnológicos mais modernos, o Estado esteve presente na sua origem, financiando projetos de alto risco nos quais a iniciativa privada não estaria disposta a investir o seu capital. Assim, ocorre o que Mazzucato chama de socialização dos riscos e privatização dos benefícios – o Estado investe em laboratórios universitários e em pequenas empresas localizadas em incubadoras; após tomar conhecimento dos resultados, as grandes empresas apropriam-se das descobertas do meio universitário ou incorporam estas pequenas empresas aos seus conglomerados.

Mazzucato defende que é necessário unir as políticas fiscais Keynesianas aos gastos serem concentrados no incentivo à inovação, postulado por Schumpeter. Desta mescla entre o macro e o micro é que se alcançará o crescimento com igualdade. Polanyi é citado como o primeiro pensador a desmistificar a “oposição” entre Estados e mercados – argumentou que foi o próprio Estado que criou as condições para as transformações que culminaram em uma sociedade fundamentada em relações mercantis. Também é exposto o argumento de Vallas, Kleinman e Biscotti (2009), de que devido ao sucesso da ideologia de mercado, a política industrial do governo norte americano se mantém escondida, fora do debate público; entretanto, a economia do conhecimento não teve um “surgimento espontâneo”, mas foi criada por essa política industrial.

### **3.2.3 O Neoliberalismo**

O neoliberalismo tem a sua fundação com a obra do austríaco Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão”, escrita ao final da II Guerra Mundial. Nesta obra, Hayek contesta todo e qualquer controle dos mecanismos de mercado por parte do Estado, retomando os princípios liberais do *laissez faire, laissez passer*. Além de retomar os preceitos ortodoxos que dominaram a ciência econômica até a década de 30, nesta obra, Hayek fez severas críticas ao keynesianismo e ao “solidarismo” do *Weelfare State* que ganhavam força na Europa no pós guerra. Tendo se naturalizado inglês, Hayek afirmava que "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna" (HAYECK, 2010 apud Anderson, 1995, p.9).

Em 1947, Hayek convocou diversos economistas, filósofos e políticos que tinham pensamentos contrários aos de Keynes, aos implantados pelo *New Deal*, nos EUA, e pelo Estado de bem estar social europeu e os reuniu na Suíça. Desta reunião, surgiu a Sociedade de Mont Pèlerin<sup>21</sup>, organização fundada com o intuito de discutir e promover os princípios e valores do (neo)liberalismo – entre os fundadores da Sociedade, estavam, Ludwig von Mises (grande influência para Hayek), George Stigler e Milton Friedman (os dois últimos, posteriores ganhadores do Prêmio Nobel de Economia). A Mont Pèlerin passou a encontrar-se anualmente, formulando teses contra o que chamavam de novo igualitarismo, que, segundo eles, restringia a liberdade dos cidadãos e os benefícios da livre concorrência. Por ter surgido na “era de ouro” do capitalismo – anos 50 e 60, em que vigoraram as políticas keynesianas e que o mundo capitalista experimentou crescimento contínuo – as ideias (neo)liberais não foram colocadas em prática durante os 20 anos posteriores à sua fundação.

Diferentemente dos liberais, os neoliberais não postulavam apenas o livre funcionamento dos mercados e a não intervenção do Estado na economia. Defendiam também:

- (i) um nível “natural” de desemprego que seria necessário para o crescimento econômico – formando o exército industrial de reserva que diminuiria o poder dos sindicatos (muito fortalecidos na social democracia europeia) e pressionaria os salários para baixo – aumentando a taxa de lucros das empresas;
- (ii) um Estado forte para combater os movimentos sociais e sindicais (controlar a luta de classes) e austero nas questões econômicas mais concretas (investimentos, crédito, empresas estatais, etc.);
- (iii) a estabilidade monetária como principal meta dos governos;
- (iv) a disciplina orçamentária (orçamento equilibrado), ou seja, o corte de gastos com o bem estar social;
- (v) reformas fiscais que diminuíssem a tributação sobre as maiores rendas, visto que consideravam certo nível de desigualdade como necessária para o bom funcionamento dos mercados.

Palley (2005), argumenta que dois são os fundamentos principais do neoliberalismo. O primeiro diz respeito à teoria da distribuição da renda, em que é defendido que os fatores de produção (capital e trabalho) “*se pagan conforme su valor*” – ou seja, a remuneração dos fatores ocorre de acordo com os ajustes de oferta e demanda, que depende da “*escasez relativa de*

---

<sup>21</sup> Localidade suíça onde foi realizado o encontro.

*factores (oferta) y su productividad (que afecta la demanda)”* (PALLEY, 2005, p.138). O outro, está relacionado à determinação do nível de emprego: *“mercados libres no permiten que los factores de producción valiosos (incluyendo al trabajo) se desperdicien”* (Ibid., p.138); assim, os preços se auto ajustariam para garantir a demanda futura e a utilização de todos os fatores (principal postulado da Escola Monetarista de Chicago).

A partir da crise dos anos 70, o neoliberalismo passou a ser uma alternativa. Em 1973, com o primeiro choque do petróleo e com diversos países europeus tendo problemas de hiperinflação e desemprego – estagflação – foi aberto o espaço necessário para as ideias da Sociedade Mont Pèlerin serem postas em prática: *“A partir do final dos anos 1970, com a ajuda da crise petrolífera, o enquadramento mudou para monetarista e/ou neoclássico* (COSTA e OLIVEIRA, 2013, p. 2). Outra corrente sugere que estas condições para o renascimento do (neo)liberalismo foram criadas justamente *“en las divisiones intelectuales del keynesianismo y su fracaso para desarrollar acuerdos públicos en la economía que podrían competir con la retórica neoliberal de mercados libres”* (PALLEY, 2005, 140). De um lado, estavam os keynesianos da América do Norte (chamados de neokeynesianos) que, em relação à distribuição da renda, concordavam com os ideários neoliberais; de outro, estavam os pós keynesianos (da Europa), que defendiam a atividade das instituições para a correta distribuição da renda, como os *“sindicatos, leyes que determinan los salarios mínimos, derechos laborales y sistemas de seguridad social, como el seguro de desempleo”* (PALLEY, 2005, 139).

O primeiro país de capitalismo avançado a implantar as políticas neoliberais – e em sua forma mais “pura” – foi a Inglaterra, sob os governos de Margaret Thatcher. Eleita pela primeira vez em 1979, Thatcher aumentou as taxas de juros, controlou a emissão de moeda, diminuiu o controle sobre os fluxos financeiros, reprimiu o movimento sindical e as greves (com leis mais duras), cortou fortemente os impostos sobre os maiores rendimentos e os gastos sociais e executou um grande programa de privatizações de empresas estatais (nas indústrias elétrica, metalúrgica e extrativista e no saneamento e habitação), conduzindo a economia a um nível expressivo de desemprego (ANDERSON, 1995). Pouco depois, outros países da Europa Ocidental e os Estados Unidos também elegeram governos que adotaram políticas neoliberais – Ronald Regan, nos EUA, em 1980; Helmut Kohl, na Alemanha, e Poul Schluter, na Dinamarca, em 1982. Com a Guerra fria e o ideário político neoliberal do anticomunismo, durante os anos 80, o neoliberalismo espalhou-se por praticamente todo o norte da Europa. Nos demais países do continente europeu, apesar de também terem implantado diversas medidas neoliberais buscando o equilíbrio do orçamento e reformas fiscais, a seguridade social não teve

cortes tão profundos quanto na Inglaterra e o enfrentamento aos sindicatos foi igualmente mais brando.

Nos Estados Unidos, diferentemente, a disciplina fiscal foi “impossibilitada” devido à corrida armamentista que o país travava com a União Soviética. Assim, déficits orçamentários seguiram recorrentes, apesar de Ronald Reagan – internamente – ter praticado uma política tributária regressiva, elevado as taxas de juros (privilegiando a acumulação por parte dos mais ricos) e sufocando os movimentos paredistas. Reagan executou um “keynesianismo militar disfarçado<sup>22</sup>”, que muito auxiliou na recuperação da atividade econômica da Europa ocidental e do próprio EEUU. Na América Latina, a experiência neoliberal ocorreu no Chile, de forma bastante similar à da Inglaterra. Augusto Pinochet reprimiu os sindicatos, privatizou bens públicos e a estrutura de seguridade social, redistribuiu renda em favor dos ricos, desregulamentou a economia (cortou impostos da indústria local) e estabilizou a moeda (ANDERSON, 1995).

Na América Latina, diferentemente da Europa ocidental, a principal influência teórica não foi Hayek, mas Milton Friedman. Para Friedman, o principal nome da Escola de Chicago, a Teoria Quantitativa da Moeda é válida, mas com pequenas mudanças: é a quantidade real de moeda ( $M/P$ ), não a quantidade nominal ( $M$ ), em que reside a preocupação dos agentes econômicos; e, em qualquer situação, alguma quantidade real de moeda é desejada ser mantida pelos agentes. “As pessoas tendem a ser extraordinariamente obstinadas a respeito da quantidade real de dinheiro que desejam ter em seu poder e pouco dispostas a aceitar uma quantidade diferente, a menos que tenham reais incentivos para fazê-lo” (FRIEDMAN, 1969, p.36). Partindo-se de uma situação de equilíbrio, os montantes mantidos pelas agentes seriam iguais aos por si desejados. Assim, uma majoração na oferta de moeda corresponderia a um consequente aumento de gastos – para que os montantes de entesouramento voltassem ao nível anterior. Entretanto, o gasto de determinado agente resultaria, obrigatoriamente, no aumento de moeda em posse de outro agente; consequentemente, o aumento da oferta de moeda resultaria apenas em uma elevação do nível geral de preços.

Em relação à oferta de moeda, os monetaristas advogam que esta deve expandir-se na proporção das taxas médias históricas da expansão do produto real, o que manteria a economia em equilíbrio no longo prazo – no curto prazo, admitiam que uma política monetária contra

---

<sup>22</sup> Bello (1989), afirma que “Um grande número das mais poderosas empresas dos Estados Unidos de algum modo estão vinculadas a contratos militares, bem como muitas cidades, em termos econômicos, dependem ou dessas empresas ou de bases militares nelas sediadas”

cíclica poderia surtir efeito positivo; mas, no longo prazo, aumentaria as flutuações do produto. Adotando uma política de crescimento constante da oferta monetária, anulariam as incertezas dos investidores privados. No que tange à taxa de juros, os monetaristas postulam que é na oferta de moeda que em que devem residir as atenções das autoridades monetárias – controlando a taxa de juros, o Banco Central estaria intervindo nas no mercado de crédito privado e, conseqüentemente, criando distorções. Por fim, sobre o (des)emprego, a Escola de Chicago nega o *trade-off* entre inflação e desemprego (a Curva de Phillips original). Assim, haveria uma “taxa natural de desemprego” que deveria ser respeitada, visto que o “combate” a esta taxa via política monetária, no longo prazo, acarretaria em incidência de inflação e (mais) desemprego – estagflação. Portanto, caso o governo não interfira no funcionamento dos mercados com uma legislação trabalhista muito rígida, ocorrerá apenas o desemprego friccional<sup>23</sup> – não o estrutural.

Assim, as ideais neoliberais da Sociedade Mont Pèlerin e as monetaristas da Escola de Chicago configuram um contraponto à Teoria Keynesiana. Elas se opõem ao postulado de que a política fiscal seria eficiente para a estabilização da demanda agregada, defendendo a política monetária como principal ferramenta para a estabilidade dos ciclos econômicos – por ser o determinante do nível de preços, a política monetária teria um forte impacto sobre a renda nominal no longo prazo (KREMER e CORAZZA, 2003). Portanto, sem dever intervir na economia via política fiscal e apenas controlando a emissão de moeda,

*La política económica internacional ha sido dominada por el Consenso de Washington<sup>24</sup> que aboga por la privatización, el libre comercio, el crecimiento conducido por la exportación, la movilidad del capital financiero, la desregulación del mercado de trabajo, y políticas macroeconómicas de austeridad (PALLEY, 2005, p.144).*

Os neoliberais defendem a intervenção do Estado, mas no sentido de promover a desregulamentação do mercado. Com um papel de garantidor da liberdade, o Estado deveria promover “a segurança jurídica [...], e a previsibilidade dos agentes econômicos, isto é, que as autoridades ajam exatamente como a opinião dos atores mais proeminentes no mercado espera que ajam” (FARIA, 2007, p. 6). Assim, o desenvolvimento seria consequência do estímulo do

---

<sup>23</sup> Desemprego “natural”, que ocorre quando um indivíduo sai de um emprego e está à procura de outro.

<sup>24</sup> Recomendações formuladas e publicadas, em 1989, pelo Banco Mundial, pelo FMI e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, para o ajustamento econômico dos países em desenvolvimento que estavam em dificuldades, que consistiam em: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e direito à propriedade intelectual

Estado ao investimento privado, que necessitaria da maximização da liberdade à decisão empresarial para investir e promover o crescimento econômico. Na mesma linha, a ideologia “liberal conservadora” defende que as falhas do Estado são maiores que as falhas de mercado; com isso, suporta sempre mais mercado, mesmo quando a evidência empírica comprova que o mercado é (muitas vezes) ineficiente, e menos Estado, mesmo quando a evidência empírica explicita que a sua intervenção reguladora é necessária (COSTA e OLIVEIRA, 2013).

Analisando-se friamente os resultados das políticas econômicas neoliberais/monetaristas, diversos de seus objetivos parecem ter sido alcançados. Como principal “inimigo” quando de sua implantação, os neoliberais tinham a inflação, que foi bastante reduzida nos anos 1980 (em comparação aos anos 1970) e que continuou com esta tendência nos anos seguintes. A taxa de lucros, reprimida/controlada pelo *Wealfare State* e por suas legislações trabalhistas rígidas, também respondeu positivamente. Como consequência, o desemprego aumentou – o que também era defendido pelos postulados neoliberais como uma “necessidade” para o bom funcionamento da economia. Com tudo isso, a desigualdade, que havia sido combatida pelas políticas keynesianas desde a Grande Recessão, voltou a aumentar, completando o “sucesso” das políticas neoliberais. “O processo de internacionalização deu lugar a uma onda de fusões e de aquisições de uma amplitude excepcional no fim da década de 1990 [...] essas operações de crescimento externo referem-se a grupos situados na Europa e EUA e estão ligadas à fase de euforia especulativa” (PLIOHN, 2005, p. 146).

## 4 REAÇÕES À CRISE

Com a crise financeira iniciada em 2007, a economia da Europa como um todo foi atingida também em seu “lado real” – a produção. Assim, poucos anos depois de iniciada a crise do *subprime*, diversos países europeus passaram a ter problemas para arcar com as suas dívidas públicas, visto que já tinham uma elevada relação dívida/PIB; que, com a queda da produção, esta relação piorou – quanto menor a produção, menor a arrecadação; e que gastaram muito para impedir a bancarrota das grandes instituições financeiras: “A crise financeira das hipotecas *subprime* se converteu, desta forma, em crise bancária europeia” (LAPAVISTAS, 2012). Neste contexto, “Quando o temerário dessa atitude se volveu em inadimplência, os governos da periferia europeia trataram de trocar a dívida ruim por títulos de seus tesouros, convertendo um problema privado em crise soberana” (FARIA, 2014, p. 54).

Com base nos referenciais teóricos do capitalismo discutidos no capítulo anterior, foram adotadas, na Europa, distintas medidas para o combate à recessão. Diferentemente do que normalmente ocorre quando há crises de produção, em que os governos executam políticas fiscais expansionistas (keynesianas) para reativar as economias, diversos países europeus não puderam executá-las ou o fizeram por um curto período (ainda antes de o lado real da economia reagir), devido à falta de orçamento e de capacidade de endividamento. Assim, já em 2010, as autoridades europeias iniciaram uma série de “resgates” às economias do bloco para auxiliar os países a reestruturarem-se financeiramente e não entrarem em *defalut*; para tanto, diversas medidas de austeridade foram exigidas como contrapartida.

O primeiro país europeu a solicitar auxílio à *Troika*, em 2010, foi a Grécia. Para receber o auxílio, o governo grego comprometeu-se em reduzir o déficit orçamentário de 13,6% do PIB (2009) para 8,1% (2010), 7,6% (2011) para chegar a 2,6% em 2014. Neste sentido, foram congelados os salários do setor público até 2014; remunerações extras pagas no Natal, na Páscoa e nas férias, para funcionários que ganhavam acima de € 3.000,00 por mês, também foram cortadas, e limitados a € 1.000,00 para quem ganha abaixo deste valor. O IVA (imposto sobre o valor adicionado) foi majorado de 2% para 23%, e também foram corrigidos os impostos sobre os combustíveis, sobre os cigarros e sobre as bebidas alcoólicas. O valor deste auxílio para a Grécia foi de 110 bilhões de euros (D’AGOSTINI, 2010).

Em 2012, a Grécia novamente viu-se em situação delicada e com problemas para pagar as suas dívidas. Mais uma vez, a *Troika* foi acionada e executou novo “resgate” da economia

grega, que incluiu o “perdão” de parte da dívida e um novo empréstimo de 130 bilhões de euros – foram perdoados pelos credores internacionais 53,5% da dívida nominal, que foi trocada por novas obrigações com prazo mais longo e taxas reduzidas. Como da primeira vez, as condicionantes para este resgate incluíram novos cortes no orçamento e reajustes tributários: aumento do imposto sobre as maiores pensões, sobre os lucros das empresas e sobre as propriedades; aumento da idade mínima para a aposentadoria no setor público (para 65 anos) e paridade na idade de aposentadoria de homens e mulheres; e previsão de redução de empresas públicas de 6000 para 2000 e de municípios de 1000 para 400 (D’AGOSTINI, 2010).

Em agosto de 2015, foi aprovado o terceiro resgate à Grécia em cinco anos. Como no segundo resgate, novamente a *Troika* auxiliou o país com novos empréstimos e condicionados a reformas estruturais. Desta vez, as principais contrapartidas foram a redução no valor das pensões, o aumento da tributação sobre a renda (inclusiva para trabalhadores do campo), a criação de um fundo de privatização para a venda e exploração de ativos estatais (portos, serviços ferroviários, empresas de telecomunicações e imóveis) e a abertura dos mercados de energia e farmacêutico para o capital internacional (D’AGOSTINI, 2010).

Na Irlanda (país que também já solicitou auxílio a *Troika* para reequilibrar as contas públicas), inicialmente, os orçamentos apresentados em 2008 e 2009 previam apenas aumentos de impostos: a meta era reduzir o déficit fiscal paulatinamente. Entretanto, em 2010, também foram previstos cortes de gastos do governo (incluindo a redução de salários dos funcionários públicos), com um déficit previsto de 11,6% do PIB para este ano. As medidas de ajuste fiscal na Irlanda consistiram no aumento do IVA de 21% (2010) para 22% (2013) e 23,5% em 2015; na criação de um novo tributo sobre o consumo doméstico de água, no aumento da carga tributária sobre o consumo de energia elétrica e na autorização para a criação de taxas locais para serviços específicos; na redução nos salários do funcionalismo público e das pensões e no corte de 24.750 postos de trabalho na máquina pública. A tributação sobre as empresas, entretanto, seguiu reduzida, mantendo a Irlanda como o país que menos taxa o setor privado na União Europeia. O valor do empréstimo da *Troika* à Irlanda foi de 80 bilhões de euros (D’AGOSTINI, 2010).

Ao analisar-se a situação das contas públicas antes da intervenção da *Troika*, entretanto, verifica que, de 1999 a 2008, apenas uma vez a Irlanda teve déficit orçamentário (-0,3% em 2003). Da mesma forma, analisando a balança comercial irlandesa para o mesmo período, tampouco se verifica qualquer desajuste: em nenhum momento o resultado foi negativo.

Todavia, quando a balança corrente é discutida, em que além da comercial, estão incluídos os saldos de rendimentos e de transferências, o resultado é outro: desde 2004 até 2009, a Irlanda apresentou percentuais negativos: a Irlanda, por ter a menor tributação sobre as empresas da União Europeia, recebeu volumosos investimentos internacionais, o que faz com que boa parte da sua renda não seja despendida em seu consumo interno, mas para remunerar esses investidores. Os desequilíbrios macroeconômicos irlandeses, portanto, são fruto da imaginação. Constituem uma falácia imposta para justificar o discurso de que as pessoas vivem acima das suas possibilidades (CARDOSO, 2014).

Em Portugal, as medidas de austeridade não foram muito diferentes: para reduzir o déficit orçamentário, o governo aprovou medidas como a redução dos salários do funcionalismo público e de políticos de carreira em torno de 5%; aumentou o IVA, o imposto de renda e a taxa sobre os lucros das empresas. Ainda, foi implantado um grande programa de privatizações, que incluiu empresas de setores estratégicos como o de energia e a Agência Nacional de Aeroportos – ANA. Com isso, o empréstimo da União Europeia a Portugal chegou ao montante de 78 bilhões de euros. A meta do governo era mudar a trajetória de evolução do seu déficit fiscal, que era de 9,4% do PIB (em 2009) para 7,3% (2010), 4,6% (2011) e finalmente 2% em 2014 (VITORINO, 2012; COSTA e OLIVEIRA, 2013). Assim, após um período de dois anos de ajustes, *“education spending suffered a devastating 23% cut. Health services and social security suffered too. The human consequences were dire”* (JONES, 2017).

Na Espanha, da mesma forma, o governo vem adotando medidas para reequilibrar as contas, independente do elevado nível de desemprego e baixo nível de produção que o país apresenta desde o início da crise. Já em 2009, foi aprovado um corte de gastos de aproximadamente € 15 bilhões entre 2010 e 2011, além da redução dos salários dos funcionários públicos civis em 5%, em 2010, e do congelamento dos seus vencimentos em 2011. Ainda, na mesma rodada de medidas de austeridade, foi anunciado um corte nos investimentos do governo de € 6 bilhões. Por fim, foi aprovado o aumento da idade para a aposentadoria das mulheres pelo Parlamento Europeu, para que se iguale a dos homens: 65 anos. A meta das autoridades espanholas (e europeias) era a de que estas medidas refletissem em uma queda no déficit público: de 11,2% (2009), para 9,3% (2010), 6% (2011), para chegar a 3% em 2014 (LAPAVITSAS, 2012). A Espanha não passou por nenhum “plano de resgate” de suas finanças públicas (como ocorreu com a Grécia, a Irlanda, com Portugal e com o Chipre), mas fez um empréstimo juntos aos fundos europeus para reestruturar o sistema bancário.

No Chipre, país que foi atingido pela crise um pouco depois que os demais, apenas em 2013 as autoridades governamentais e a *Troika* chegaram a um acordo – volume do empréstimo foi de 10 bilhões de euros. Como contrapartida, o governo cipriota aprovou no parlamento o aumento do tempo de contribuição para a aposentadoria em dois anos; o aumento do IVA de 17% para 19%; o aumento dos impostos sobre os transportes, os combustíveis, o tabaco e o álcool; expressivos cortes em áreas como a saúde e a educação; e a redução de 4.500 funcionários públicos (CARIZ e ANSANELLI, 2013).

A Itália, diferentemente dos demais países, (ainda) não solicitou auxílio financeiro às autoridades europeias. Apesar dos elevados níveis de endividamento, até então, o país vem implantando medidas de austeridade por decisões autônomas, não por necessidade de contrapartida para empréstimos internacionais. Entre as medidas já implantadas, foi criado o imposto de solidariedade, que taxa em cinco pontos percentuais adicionais as rendas acima de € 90.000,00 e em dez por cento as acima de € 150.000,00. Ainda, foram cortados custos da política, com a redução de 38 províncias e o conseqüente corte de 50.000 cargos. Por fim, também foi aprovado o aumento paulatino da idade de aposentadoria das mulheres para 65 anos (CARIZ e ANSANELLI, 2013).

As amarras da política monetária impostas pela União Europeia desde o Tratado de Maastricht<sup>25</sup>, somadas aos recentes compromissos fiscais impostos, constituem um “déficit democrático de estrutura supranacional”, uma “camisa de sete varas” para as decisões macroeconômicas dos países do bloco. No lado monetário, os países não têm autonomia – a taxa de juros é definida pelo Banco Central Europeu; já na questão fiscal, as decisões são independentes, com apenas algumas normas gerais: “Para piorar o que já era mau, a UE [...] passou a exigir brutais esforços de redução de gasto para produzir superávits fiscais, com o intuito de manter os pagamentos da dívida e preservar o sistema financeiro dos resultados de seu aventureirismo” (FARIA, 2014, p. 54-55).

## 4.1 RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA EUROPA

### 4.1.1 Resultados Econômicos

Após aproximadamente oito anos da implantação das políticas de austeridade na maioria dos países que solicitaram auxílio à *Troika* (e ao FMI) para reequilibrar as suas finanças (além de outros como a Itália, que implantou política similares), já é possível discutir os resultados alcançados por estas ações reestruturantes. As políticas de austeridade partem de um

---

<sup>25</sup> Também conhecido como Tratado da União Europeia – TUE (1992)

diagnóstico equivocado de que há uma relação causal unidirecional entre um alto nível de endividamento e um baixo nível de crescimento econômico. Como o principal objetivo da implantação das reformas e do auxílio da *Troika* aos países da União Europeia era o reequilíbrio de suas contas e a “inflexão” da curva de evolução da dívida pública; inicialmente, serão analisadas as obrigações dos países em questão (PERROTINI et al, 2013).

Na Grécia, o país com maiores dificuldades nas contas públicas da Europa, atualmente, a trajetória do saldo orçamentário parece ter sido corrigida: partindo de um déficit de 10,2% (2008), o país chegou a -15,1%, em 2009 – o pior momento; reagiu para -8,9%, em 2013; mas voltou a um ponto crítico em 2014, com um déficit de 13,2%. A partir de então, o déficit iniciou uma trajetória descendente, tornando-se superávit em 2016 – o que representou 0,5% do PIB grego. “*A public debt crisis has been used as an opportunity to dismantle the social state, to sell off profitable public enterprises and state assets at bargain prices, to deprive labor of even its most basic rights [...], and to reduce substantially wages and pensions*” (POLYCHRONIOU, 2013). Estas medidas foram implantadas com o apoio da classe financeira e industrial e com o suporte da elite política do país, que desde o início da crise tem atuado de forma “ditatorial” para cumprir as ordens dos credores internacionais.

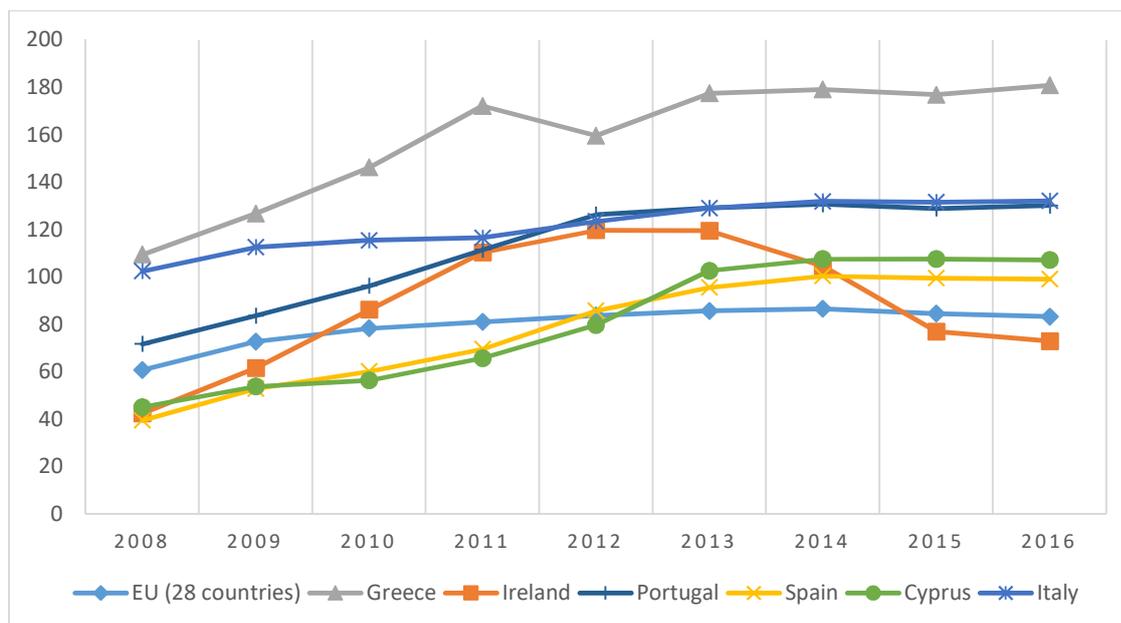
O caso da Irlanda é emblemático: o país atingiu o pior índice de todo o período analisado do continente, e foi também o primeiro país a deixar de ter o “controle” da *Troika* entre todos os que foram auxiliados para não entrar em *default*. Em 2008, a Irlanda já apresentava um déficit de 7%; em 2010, atingiu a marca de -32,1%; a partir daí, iniciou a trajetória de redução do déficit público, já o reduzindo para 8% (2012) e chegando a -0,7% em 2016. Apesar disto, entretanto, o programa de austeridade não se constitui em um sucesso, visto que, além de a dívida ter crescido exponencialmente durante o período de intervenção da *Troika*, o PIB decresceu e ainda demora a reagir; o desemprego está reduzindo, mas lentamente e ainda encontra-se muito acima do nível inicial – e, mesmo assim, esta aparente evolução está sendo “auxiliada” pela emigração massiva, principalmente de jovens (CARDOSO, 2014).

Em Portugal, que teve o início da intervenção da *Troika* em maio de 2011, apesar de já ter finalizado o seu programa de ajustamento junto à União Europeia, a evolução do saldo orçamentário ainda é errática: em 2008, o país apresentava um déficit de 3,8%, e teve o seu pior momento em 2010, quando atingiu -11,2%. A partir daí, reagiu até 2013, chegando a -4,8%; em 2014, entretanto, voltou a involuir, apresentando expressivo déficit de 7,2% – em 2016, ainda não conseguiu mudar “o sinal da derivada primeira” da curva da dívida pública, com um

déficit de 2%. A avaliação dos países centrada nas variáveis financeiras e nas relações com os mercados, a partir de 2008, em desfavor dos critérios objetivos de análise dos seus indicadores políticos, económicos, sociais e culturais, levou à adoção de políticas que não se enquadram em uma estratégia consistente, sem mensurar as consequências das medidas nas condições de vida e de trabalho dos cidadãos: “A vida dos cidadãos passou a ser traduzida num conjunto de números que se manipulam para atingir os objetivos financeiros. Empobrecer, uma questão racional e estar desempregado, um problema apenas para o equilíbrio das contas” (RODRIGUES, 2013, p. 172).

Na Espanha, que da mesma forma que a Grécia, já se submeteu mais de uma vez ao programa de resgate da União Europeia, o saldo orçamentário apresenta evolução similar ao de Portugal. Partindo de um déficit de -4,4% em 2008, o país ibérico chegou a -11% em 2009; teve uma leve reação (2010) para -9,4%, mas voltou a ter uma piora no indicador nos dois anos seguintes, com -9,6% e -10,5%. A partir de então, o déficit das contas públicas entrou novamente em trajetória descendente, apesar de ainda apresentar o pior resultado do bloco em 2016: -4,5%. No Antigo Regime, “justificava-se” a redução dos salários dos camponeses, pois *“el stock de trigo que no es pagado como salario a los obreros agrícolas podrá ser utilizado como semilla en el futuro. El ahorro en trigo es entonces la inversión en trigo”*. Atualmente, *“cuando la sociedad industrial paga a sus obreros con moneda, asegura el desarrollo de su aparato productivo gracias al crédito bancario, la transposición al mundo moderno de la teoría agrícola del ahorro plantea muchos problemas”* (GUILLÉN, 2013, p.132). O Gráfico 1 ilustra o indicador para os países analisados:

Gráfico 1 – Relação dívida/PIB

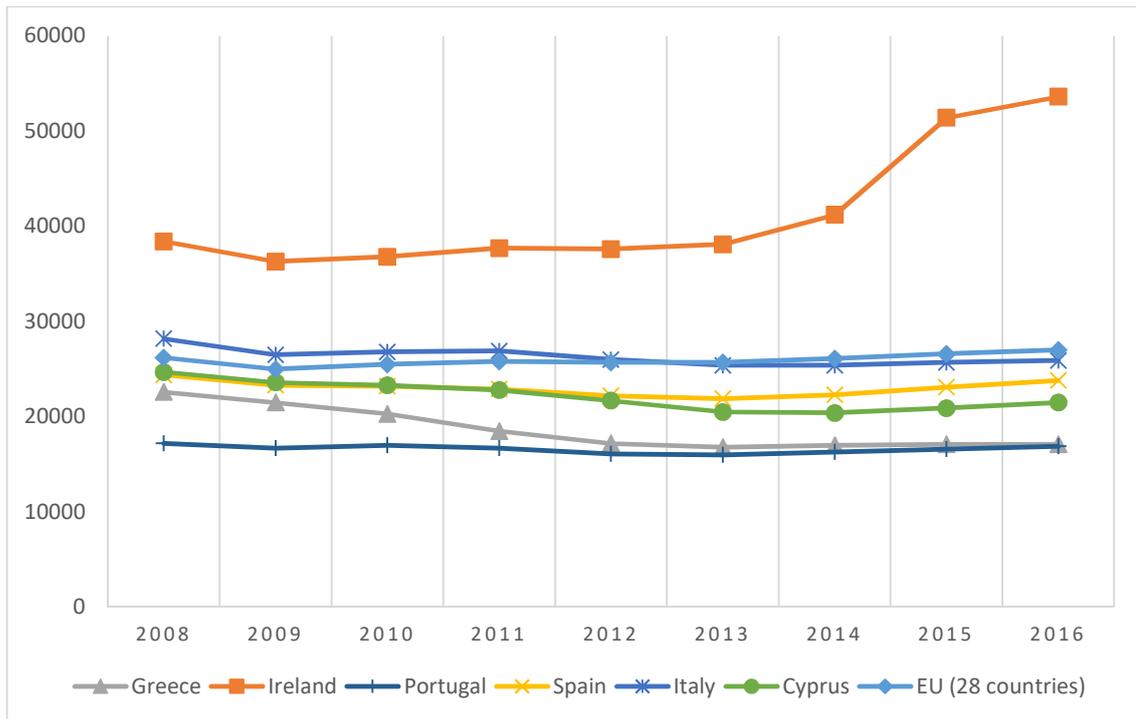


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

Através da análise do Gráfico 1, que apresenta o acumulado da relação dívida/PIB, verifica-se que é muito sutil a reação do indicador para os países em estudo. Apenas a Irlanda já apresenta uma expressiva melhora do indicador (foi o primeiro país a “encerrar” o programa de ajustamento com a União Europeia), ao passo que os demais países seguem aumentando o percentual de suas obrigações em relação ao seu produto – caso da Grécia e da Itália – ou tendo uma melhora praticamente insignificante (demais países).

Em relação ao PIB per capita, novamente, a Irlanda é o país que apresenta o melhor indicador. Além do caso irlandês, a média do indicador dos países da União Europeia também aumentou; entretanto, em todos os demais países analisados, o valor do PIB per capita foi inferior em 2016 quando comparado ao do início da série em análise. Destacam-se os casos da Grécia, que ainda está com o indicador em trajetória descendente e que teve a maior redução percentual entre 2008 e 2016 (aproximadamente 25%); o do Chipre, que também teve uma redução expressiva (13%); e o de Portugal, que tem o menor valor entre todos os países analisados – bastante inferior ao da média da União Europeia.

Gráfico 2 – PIB per capita



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

Ao analisar-se o mercado de trabalho, verifica-se que as políticas de flexibilização e liberalização tampouco surtiram efeito. O nível de emprego, (principal indicador do mercado de trabalho), em todos os países analisados exceto na Irlanda, foi inferior em 2016 se comparado ao de 2008. Em 2008, a soma da população desempregada dos seis países em estudo representava aproximadamente 31% do total da população desempregada da União Europeia – de forma similar, a população total dos seis países representava 26% da população do mercado comum europeu. Em 2016, entretanto, enquanto a população total dos seis países manteve-se estável proporcionalmente à da União Europeia, o seu montante de desempregados passou a representar mais de 45% de todo o contingente populacional fora do mercado de trabalho (dados referentes à população economicamente ativa). O caso mais complexo é o da Espanha, que tem praticamente mais de um quinto de sua população economicamente ativa desempregada e 47% de desemprego entre os jovens abaixo de 25 anos: “[...] *distributive outcomes have also been influenced by regulatory reforms intended to decrease labor market segmentation, which have, however, resulted in a dramatic deterioration of employment conditions*” (PEREZ e MATSAGANIS, 2016, p. 23).

Tabela 1 – Percentual da população economicamente ativa desempregada na União Europeia

PAÍS	2008	2016
Ireland	0,96%	0,89%
Greece	2,32%	5,41%
Spain	15,50%	21,42%
Italy	9,93%	14,40%
Cyprus	0,09%	0,26%
Portugal	2,84%	2,73%
Total PIIGS	<b>31,63%</b>	<b>45,11%</b>
Demais Países da UE	68,37%	54,89%

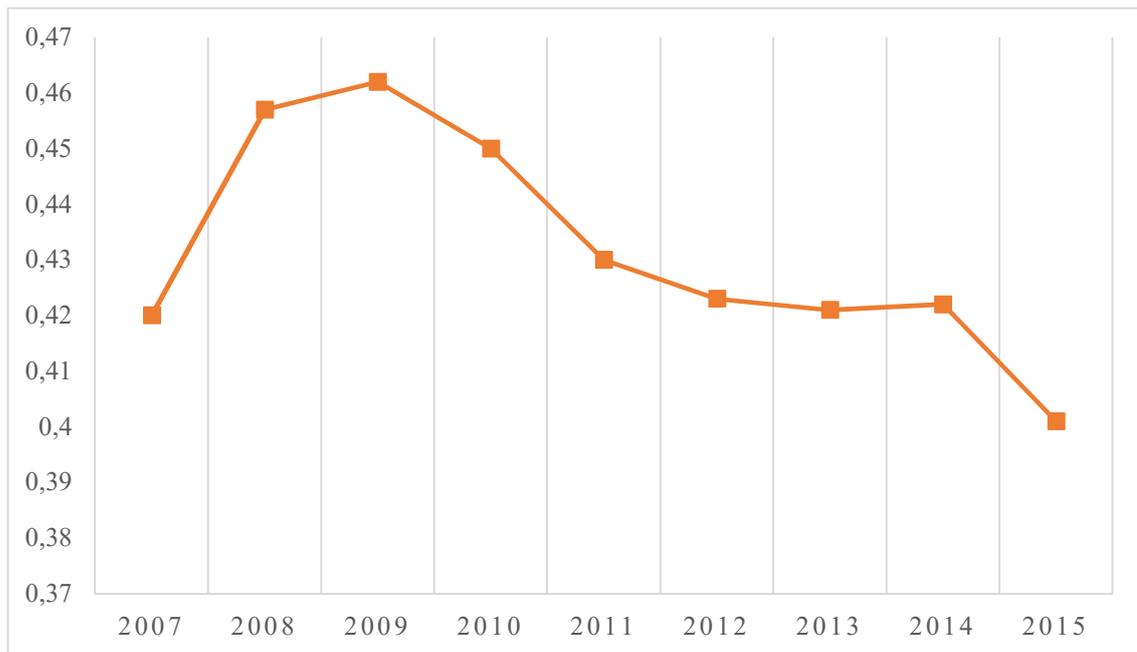
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

Como justificativa para a auxiliar a retomada da economia e a criação de novos postos de trabalho, como visto anteriormente, ocorreram diversas alterações (flexibilizações pró mercado) nas leis trabalhistas dos países que passaram pela intervenção da *Troika* ou que também passaram por dificuldades econômicas/financeiras e implementaram as políticas de austeridade no mercado de trabalho – caso da Itália. Assim, a distribuição dos sacrifícios causados pelas políticas de austeridade foi muito desigual (CARDOSO, 2014), visto que a relação salários/PIB decresce desde o início da intervenção da *Troika* em todos os países sob sua intervenção (inclusive dos que já deixaram o programa de ajustamento).

A Irlanda, por exemplo, que tem o menor nível de desemprego entre os países em questão, é também o único país em que a taxa da população empregada em tempo parcial é superior à taxa média da União Europeia; ou seja, a aparente recuperação dos indicadores do mercado de trabalho irlandês também pode ser explicada pela precarização das condições de trabalho – não conseguir um emprego de tempo integral é relatado pelos trabalhadores como o principal motivo para trabalhar-se em um emprego de jornada parcial. Portugal (3,2%), Espanha (4,7%) e Itália (3,2%), por sua vez, também apresentam taxas superiores de empregos precários às da média do restante do bloco (que é de 2,3%). Ainda sobre o mercado de trabalho, a expectativa da população empregada sobre a possibilidade de ser demitida de seu posto de trabalho nos próximos seis meses é maior na Espanha (26%), Itália (21%), na Grécia (20,7%) e em Portugal (19,1%) do que na média dos demais países da União Europeia (16%) – dados da EUROSTAT (2015).

Observando os números da formação bruta de capital fixo (um dos principais indicadores de mensuração da capacidade de produção e das expectativas dos empresários), verifica-se que a dos países estudados, além de pouco ter se recuperado desde o início da crise, está bastante defasada se comparada à da média dos países da União Europeia – apenas a Irlanda e o Chipre já apresentam uma recuperação mais efetiva (este último, entretanto, ainda bastante longe do percentual que apresentava em 2008). Sobre a recuperação irlandesa, é necessário atentar para o fato de a Irlanda ser o país com menor taxa de empresas do bloco europeu: assim, atrai muitos investimentos internacionais; entretanto, quando é analisada a razão salários/PIB, verifica-se que a maior parte da renda irlandesa é “exportada” como rendimento (lucros e dividendos) aos proprietários do capital estrangeiro instalado no país, ou seja, “há, pois, uma transferência de rendimentos do trabalho para o capital” (CARDOSO, 2014):

Gráfico 3 – Salários/PIB na Irlanda



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

Desta maneira, apesar de apresentar dados que aparentam a recuperação de sua economia, a Irlanda demonstra que esta suposta recuperação está ocorrendo fundada em uma nova realidade, qual seja, a do aprofundamento das desigualdades.

#### 4.1.2 Resultados Sociais

Analisando as condições de vida da população dos países estudados, chega-se à conclusão de que o “estrago” na questão social foi mais brando do que o ocorrido na economia.

Dados da saúde e da educação (ainda) não tiveram quedas muito significativas. Mesmo assim, quase a totalidade dos indicadores sociais pioraram se comparados aos do período anterior ao início da crise e da implantação das políticas de austeridade no âmbito social: “[...]the social protection system has failed to prevent the expansion of the ranks of poor, including those in work” (PEREZ e MATSAGANIS, 2016, p. 23). Cruzando os índices de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social com os de gastos com a seguridade social desses países, verifica-se um contrassenso: ao passo em que os seis países aumentaram o seu percentual da população em risco de pobreza ou exclusão social e que todos apresentam resultados piores do que os da média dos países da União Europeia (a Grécia foi o destaque negativo, com um aumento de mais de 25%); esses países também dispendem um valor inferior por habitante em seguridade social do que a média dos países do bloco (exceto a Irlanda, que supera, e a Itália, que iguala). A Tabela 2 abaixo ilustra esse cruzamento de dados:

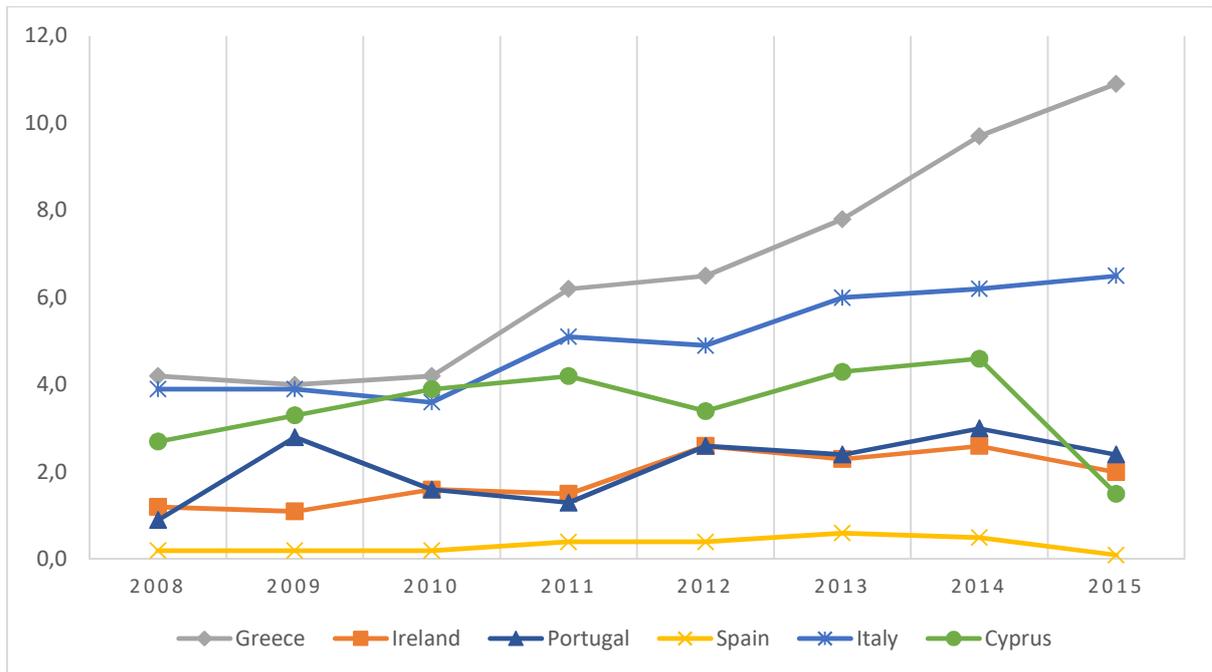
Tabela 2 – População em risco de pobreza ou exclusão social e gastos com seguridade social

Indicador	População em risco de pobreza ou exclusão social (%)		Gastos com seguridade social (euros/ano/habitante)	
	2008	2016	2008	2015
País/Ano	2008	2016	2008	2015
Média UE	23,3	23,5	6,471.63	7,609.87
Greece	27,6	35,6	4,888.02	4,244.69
Ireland	25,7	26	8,193.75	8,583.19
Portugal	24,9	25,1	3,774.38	4,289.75
Spain	24,7	27,9	5,094.86	5,625.44
Italy	24,9	29,9	7,073.11	7,839.72
Cyprus	23,5	27,7	4,051.08	4,469.38

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

Em relação à saúde, apesar de a Europa ainda ser uma referência mundial na assistência médica pública, dos seis países estudados, apenas Portugal e Chipre não tiveram o indicador de necessidades de assistência médica não atendidas superior em 2015 do que em 2008 – a média do indicador para a União Europeia manteve-se em 2% no período:

Gráfico 4 – Necessidades de assistência médica não atendida



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da EUROSTAT (2018).

A crise e a maneira pela qual ela foi e é enfrentada (em detrimento dos menos privilegiados econômica e socialmente), e o conjunto de problemas que ela trouxe consigo – desemprego, carências materiais, problemas com a habitação, água, luz e gás – tornou-se um problema concreto de saúde pública e afetou principalmente as crianças (ANÍBAL, BENAVENTE e QUEIROZ, 2015).

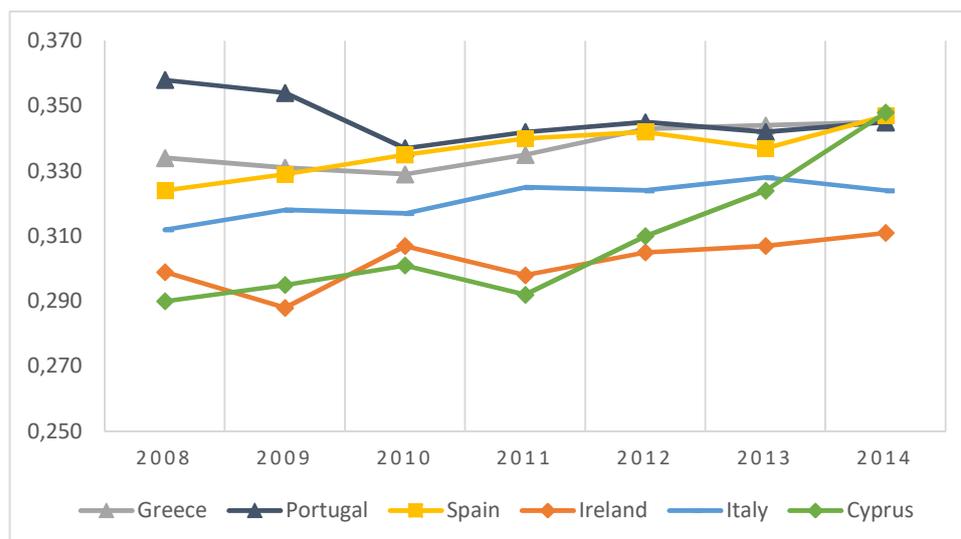
Na educação, mais uma vez, nota-se a redução proporcional dos investimentos da maioria dos países estudados – direção contrária à da média da União Europeia. Em 2008, em média, os países do bloco investiam 5,2% do PIB em educação; em 2014 (último ano disponível na base do Banco Mundial), o percentual evoluiu para 5,38%. Diferentemente, na Irlanda, na Espanha, na Itália e no Chipre, este percentual reduziu-se entre 2008 e 2014, e em todos os países, exceto no Chipre, os valores de 2014 são inferiores ao da média dos países da União Europeia (não há dados disponíveis para a Grécia) – em Portugal, o índice evoluiu positivamente entre os anos analisados, mas era inferior ao da média da UE em 2014.

O atual desinvestimento na educação redefine o papel das escolas, impondo tendências e prioridades incompatíveis com o ensino, que culminam na “inevitabilidade das desigualdades sociais e fomentam a ideia de que o individualismo e a competição são motores do sucesso pessoal” (ANÍBAL, BENAVENTE e QUEIROZ, 2015, p. 50)”. Os cortes desvalorizam o ensino público em relação ao privado e antecipam a profissionalização dos alunos,

configurando uma “quebra precoce da igualdade de oportunidades”. A tensão atualmente vivida nos ambientes educacionais é fruto das contradições do capitalismo, que não consegue (nem busca) a “convivência harmônica” entre políticas sociais democratas e a economia de mercado (STREECK, 2011). A recomendação da União Europeia, de 2012, intitulada de “Repensar a educação” explicita o enfoque negocial dado às escolas: “Investir nas competências para melhores resultados socioeconômicos: devem (os estados membros) promover as competências empresariais por meio de formas novas e criativas das lógicas de ensino e aprendizagem a partir da escola primária [...]”.

Verificando-se a desigualdade de renda pelo Coeficiente de Gini<sup>26</sup>, nota-se que, nos países em que os governos atuaram para reduzir os “impactos de segunda ordem” das políticas de austeridade – impactos sobre a população – o resultado das políticas de ajuste foi menos promíscuo: Portugal tem, hoje, desigualdade inferior à Grécia, Espanha e Chipre, e é o único país entre os europeus analisados que apresentou, ao final da intervenção da *Troika*, Coeficiente de Gini inferior (melhor) do que antes da intervenção. Os governos de Portugal, durante a crise, tomaram medidas progressivas na distribuição dos sacrifícios, reduzindo os impactos sobre a população menos favorecida (PEREZ e MATSAGANIS, 2016):

Gráfico 5 – Coeficiente de Gini



Fonte: PEREZ e MATSAGANIS/EUROSTAT (2016).

<sup>26</sup> Coeficiente criado por Corrado Gini, que mede a dispersão relativa dos rendimentos numa população – varia entre zero e um e, quanto menor, menos desigual é a distribuição da renda.

A partir das reflexões dos autores supra e da recomendação da UE, fica clara a impossibilidade de se alcançar a emancipação humana sob a égide da austeridade: mesmo a Europa já tendo alcançado a emancipação política – para Marx, a da burguesia, parcial e vinculada ao capital, pois superou as relações de servidão, mas não pôs fim à exploração do homem pelo homem – ainda está longe de alcançar a emancipação humana – universal, do proletariado, vinculada ao trabalho e que elimina(ria) esta exploração. “Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões da pobreza, miséria e ‘exclusão’, condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que realizam na era do capital fetiche” (IAMAMOTO, 2008, p.125).

## 5 O CASO BRASILEIRO

No Brasil, como visto anteriormente, diferentemente dos países centrais<sup>27</sup>, a crise desencadeada em 2007/2008 foi menos rigorosa. Após vários anos de incremento das reservas internacionais, resultante da valorização das *commodities* no mercado internacional e do consequente superávit primário, o país conseguiu “defender-se” da instabilidade global e voltou a crescer após menos de um ano em recessão. Ainda, o fortalecimento do mercado consumidor interno, que ocorreu com o aumento do poder de compra da população nos anos 2000 (possibilitado pela valorização real do salário mínimo), teve também relevante importância para o enfrentamento da crise financeira internacional – dados do IBGE: “a demanda interna, embora pressionada pela política monetária restritiva, sofreu efeitos positivos oriundos da elevação da renda do majoritário grupo social vinculado ao salário mínimo, dos programas sociais e da ampliação do crédito para o estrato de baixa renda” (FARIA, 2007, p. 22).

Após aproximadamente cinco anos do início da crise internacional, no entanto, ainda no segundo governo Dilma (em 2015), as políticas econômicas expansivas foram substituídas por medidas de ajuste fiscal. Em estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2015, nota-se que a despesa pública brasileira cresceu (proporcionalmente ao PIB), desde o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999, quando foi implementado o regime de metas de superávit primário) – mantendo-se assim durante os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma, mas “sustentada” pelo concomitante aumento das receitas. A partir de 2007, entretanto, verifica-se um aumento da proporção dos investimentos em relação ao PIB e, mais recentemente (primeiro governo Dilma), uma piora do cenário econômico internacional – com consequente deterioração da arrecadação: “[...] o crescimento econômico tende a afetar mais a evolução das receitas do que o quantitativo de benefícios, o que implica maiores dificuldades de controle da despesa[...]” (GOBETTI, 2015, p. 28).

Em uma abordagem marxista, Faria (2007) culpa a “tríade nefasta” da política econômica brasileira pela encruzilhada para a qual o país se encaminharia: câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação. Em relação ao câmbio flutuante, Faria afirma que mercados como o cambial são naturalmente desequilibrados, pois impedem que os agentes tomem as suas decisões de compra ou de venda baseados em algum tipo de cálculo econômico racional: “o comportamento mais racional nesse tipo de mercado é o mimetismo. Compra-se o

---

<sup>27</sup> Designação utilizada para referir-se aos países que têm altos níveis de desenvolvimento econômico e social.

que está sendo comprado, se não, deixa-se de ganhar, e vende-se quando estão vendendo, senão, perder-se-á” (FARIA, 2007, p. 8). O ponto nevrálgico da taxa de câmbio flutuante combinada com a livre movimentação de capitais, enfatiza, é a taxa de câmbio ser determinada pelo mercado financeiro, descolando-se do lado real da economia e podendo originar valorizações ou depreciações abruptas – prejudiciais ao comércio exterior, especialmente às exportações. Na mesma linha, Fumagalli e Lucarelli (2015), ao defenderem as políticas de austeridade como um resultado da financeirização, formulam duas teses: a primeira, de que quanto mais concentrados os valores investidos nos mercados de capitais, maior a tendência de uma *“long-lasting convention will emerge, and that expectations will prove self-fulfilling”*; a segunda, de que quanto maiores os volumes de poupança investidos no mercado de capitais, mais essas *conventions* influenciam o comportamento dos operadores não profissionais, *giving rise to a mimetic rationality* (FUMAGALLI e LUCARELLI, 2015, p. 4).

Sobre o superávit primário, Faria argumenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal tornou-se uma ferramenta que privilegia a “precedência no acesso aos recursos do erário para os credores da dívida mobiliária” (sobrepondo-se aos gastos com pessoal, por exemplo), além de representar “um sem número de regras sistematizadas sobre finanças públicas, [...], causadoras de limitações e de graves prejuízos operacionais às políticas públicas” (FARIA, 2007, p. 10). O resultado dessa política culmina na queda do investimento público e na compressão dos investimentos das empresas sob administração estatal (sejam de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil e da Petrobras, sejam puramente públicas, como a Caixa Econômica Federal).

Por fim, no que tange às metas de inflação, em que o Estado vê-se “obrigado” pelo *mainstream* neoliberal a executar políticas previsíveis para o mercado financeiro, conclui-se que “[...] é um sistema tautológico em que os agentes passivos da política monetária, [...], acabam por definir não apenas os objetivos, mas também as medidas que deverão ser adotadas por aqueles que precisariam ser os agentes ativos dessa política [...]” (FARIA, 2007, p.7). A conjugação dos três elementos da tríade nefasta, com o seu “[...] continuísmo interminável e credibilidade inatingível [...]”(FARIA, 2007, p.7), é a responsável pela conjuntura macroeconômica estagnacionista, que estrangula o investimento público e inibe o investimento privado concomitantemente: tendo como “[...] único objetivo da política monetária o controle da inflação [...], o regime brasileiro em vigor produz [...] baixo crescimento econômico. [...] É o caso, por exemplo da Europa da zona do euro” (Ibid., 2007, p.11). Resumidamente, a crescente financeirização da economia impediu o bom funcionamento de seu lado real: como

incentivar o empresariado a investir em capital fixo com uma taxa de juros obscena? Da mesma forma, como permitir ao Estado que invista em infraestrutura, tendo que remunerar os títulos públicos a esta mesma taxa obscena?

Tendo uma relação dívida/PIB deveras inferior aos níveis de endividamento dos países europeus com dificuldades fiscais, a questão brasileira de endividamento reside no “perfil” de sua dívida, de prazo reduzido e alta taxa de juros: desta forma, “como é necessário subir a taxa de juros quando a inflação sobe acima da meta, mesmo que isso tenha impactos recessivos, é necessário fazer ajuste fiscal quando a dívida pública apresenta um crescimento explosivo” (BARBOSA, 2017). Assim, qualquer cenário de déficit primário (que representa o aumento da dívida), no Brasil, já é suficiente para a deterioração das expectativas dos agentes, retração da economia e conseqüente queda da arrecadação. Portanto, com a piora dos indicadores econômicos dos últimos anos, o Brasil vem enfrentando dificuldades para retomada do superávit primário, que reduz a relação dívida/PIB – ou, ao menos, a mantém controlada.

Em pesquisa amplamente difundida, Alesina e Perotti (1996) postularam que a contração fiscal poderia ser “benéfica”, dependendo da forma como fosse executada: se do lado da despesa (via corte de gastos), de “boa qualidade” e possivelmente exitosa; ou se do lado da receita, de “má qualidade”, pois resultaria obrigatoriamente em aumento da carga tributária. Dois anos mais tarde, em novo estudo – que serviu de embasamento teórico para diversos países implantarem políticas de ajuste fiscal desde então – Alesina e Ardagna (1998) afirmaram que ajustes fiscais seriam expansionistas se os resultados negativos sobre a demanda pública fossem compensados mais do que proporcionalmente pelas reações positivas das expectativas dos agentes privados somadas à queda da taxa de juros. Recentemente, ALESINA et al (2017), verificando os resultados das políticas de ajuste fiscal implantadas nos últimos anos nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, concluíram que a contração fiscal, na maioria dos casos, resultou em contração econômica no curto prazo, diferentemente do defendido em 1998. Neste mesmo estudo, foram verificados os tipos de ajuste implantados em cada país, e classificados se baseados em aumento de imposto (41%), em corte de gastos (25%) ou em corte de transferências (34%).

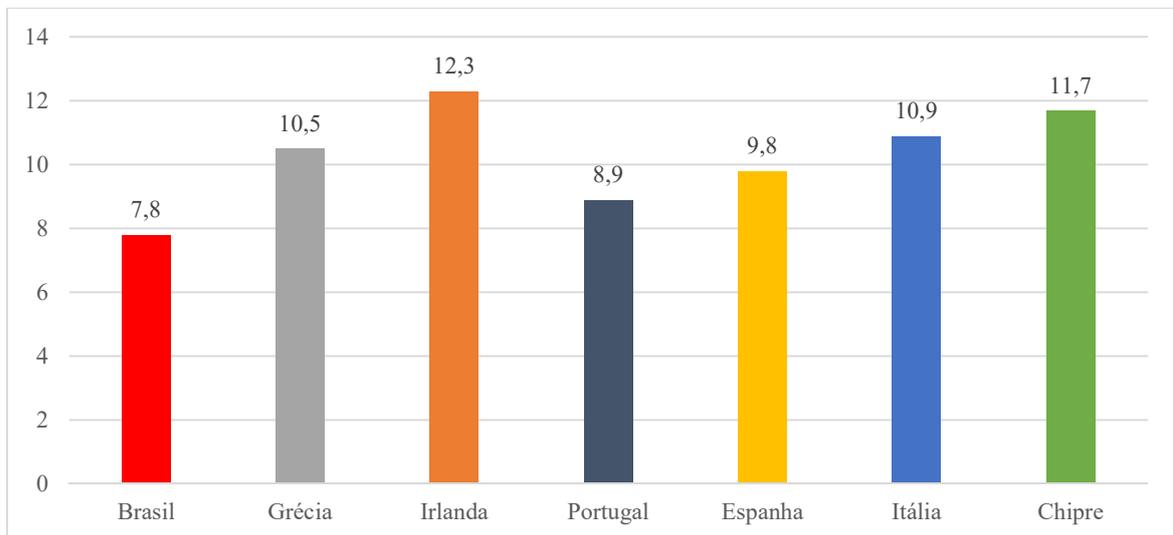
Analisando a publicação de Alesina et al (2017), Barbosa (2017) argui que, mesmo nos casos em que o ajuste foi feito do lado da despesa, aproximadamente 20% do ajuste total praticado consistiu de medidas do lado da receita. O governo deveria evitar um ajuste muito duro no curto prazo que prejudicasse a retomada do crescimento econômico e priorizar uma

agenda de reformas de médio e longo prazo” (GOBETTI, 2015, p.5). No Brasil, entretanto, verifica-se que o ajuste foi feito apenas do lado da despesa e das transferências, sem praticamente nenhuma compensação com medidas para o incremento das receitas.

Diferentemente dos países europeus analisados, no aspecto social, o Brasil parte de um patamar muitíssimo inferior: há grandes carências na habitação, na saúde e na educação, além de um grave problema compartilhado de saúde e segurança públicas relacionado ao tráfico de drogas. Para o caso brasileiro, devido ao fato de o país ter iniciado a implantação de medidas de ajuste fiscal apenas recentemente (há aproximadamente três anos), o período sob a influência das políticas de austeridade ainda é insuficiente para analisar-se a e(in)volução dos indicadores econômicos e sociais. Portanto, com o intuito de discutir as possíveis consequências das políticas de austeridade que vêm sendo implantadas no país, a análise residirá na comparação com os demais países em estudo que implantaram políticas similares (algumas das quais estão servindo de exemplo para o Brasil).

Ao verificar-se os anos médios de estudo da população, por exemplo, o gráfico abaixo ilustra o quanto o Brasil está atrasado no aspecto educacional:

Gráfico 6 – Anos médios de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2018).

Em relação à saúde, o caso brasileiro também é o mais crítico: a expectativa de vida ao nascer é a menor e, em mortalidade infantil, o país tem praticamente cinco vezes mais mortos a cada mil habitantes do que o pior país entre os europeus analisados. Por outro lado, o país é o

segundo que menos gasta percentualmente em relação ao PIB em saúde pública – apenas atrás do Chipre:

Tabela 3 – Expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e gastos com saúde:

	Expectativa de vida ao nascer	Mortalidade Infantil (por 100 mil habitantes)	Gastos com saúde (percentual do PIB)
Brasil	74,7	14,6	3,8
Grécia	81,1	3,6	5
Irlanda	81,1	3	5,1
Portugal	81,2	3	6,2
Espanha	82,8	3,5	6,4
Itália	83,3	2,9	7
Chipre	80,3	2,5	3,3

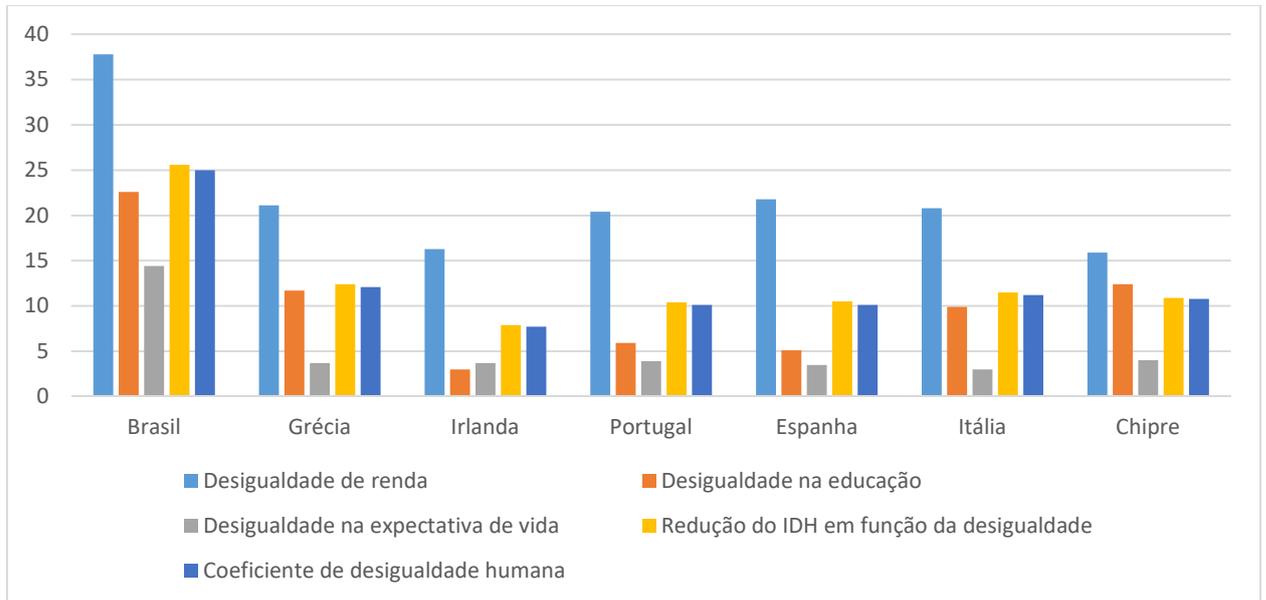
FONTE: Banco Mundial (2018).

Ainda que os dados relacionados à educação e à saúde, no Brasil, venham melhorando ao longo do século XXI (dados do IBGE), quando analisados os índices de desigualdade (tanto de renda quanto de aspectos sociais), verifica-se que o país ainda está muito atrás das nações desenvolvidas. O Gráfico VII apresenta a desigualdade de renda, a desigualdade na educação, a desigualdade na expectativa de vida, a redução do IDH<sup>28</sup> em função da desigualdade e o coeficiente de desigualdade humana<sup>29</sup> (todos em percentual), ilustrando alguns dos principais índices de desigualdade dos países em estudo, em que verifica-se a discrepância do Brasil em relação aos demais:

<sup>28</sup> Índice de desenvolvimento humano, que mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação

<sup>29</sup> Média simples das desigualdades de renda, saúde e educação

Gráfico 7 – Desigualdade de Renda, na educação, na expectativa de vida, redução do IDH em função da desigualdade e coeficiente de desigualdade humana



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2018).

Corroborando com a verificação da desigualdade no Brasil, a discussão do problema compartilhado de saúde e segurança públicas: Lunardon (2015), ao analisar *O Mapa da Violência 2014: jovens do Brasil* (WAISELFSZ, 2014), afirma que o documento “[...] é definidor ao apresentar as disparidades existentes entre violência e homicídios quando relacionamos cor e condição social dos jovens brasileiros. A vitimização da juventude negra é quase três vezes maior do que a da branca” (LUNARDON, 2015, p. 34). Na mesma linha, o setor da segurança privada é um dos poucos (ou o único) que se desenvolve no mundo todo: “[...] em grande parte, resultante das desigualdades crescentes e insuportáveis criadas pelo ocaso do capitalismo moderno” (FARIA, 1999, p. 178).

Para Bastos (2015), três seriam as justificativas para o Brasil iniciar um ajuste fiscal, ainda no segundo governo Dilma: “agravamento do déficit externo; a necessidade de desmontar a união da burguesia contra o governo; o desequilíbrio fiscal” (BASTOS, 2015, p. 71). Em relação à piora do déficit externo, o autor discorda de que esta fosse uma justificativa plausível, visto que “situação em 2015 é bastante diferente da de 2003” (BASTOS 2015, p. 72). Diferentemente do início dos anos 2000, em 2015, o governo era credor em moeda estrangeira, e, ao “forçar” um ajuste recessivo, haveria o risco de se perder o *investment grade*<sup>30</sup> – uma das principais justificativas para o ajuste. No que tange à questão política, o autor tampouco acredita que fosse necessária tamanha “reviravolta”. Após as traumáticas eleições de 2014 que dividiram

<sup>30</sup> “Nota” dada por agências de classificação de risco que autoriza (ou não) fundos de investimento a aplicarem em dívida pública.

o país, “era de se esperar que os próprios empresários mais opositoristas recolhessem os cavalos de guerra em busca de uma reconciliação [...], uma vez que o governo Dilma pretende ampliar concessões de serviços públicos” [...] (BASTOS, 2015, p. 72). Assim, a retórica utilizada para a implantação das políticas de austeridade foi no sentido de evitar o aumento da dívida pública e a deterioração da credibilidade por parte dos agentes privados. Supostamente, sob essa ótica, forçar um superávit primário em uma perspectiva de estagnação da atividade econômica impactaria favoravelmente no ambiente de investimentos privados.

Diferentemente do esperado pelo governo, as medidas neoliberais acirraram a luta de classes e o grande empresariado trabalhou no sentido de “boicotar” o investimento para forçar a desestabilização política. A aparente apropriação das medidas defendidas pela oposição durante o período eleitoral não foi suficiente para a reconciliação após a “politização da redução da taxa básica de juros e, principalmente, o uso dos bancos públicos para forçar a redução dos *spreads* dos bancos comerciais em 2012” (BASTOS, 2015, p. 72). Muito mais eficiente (e justo) para evitar a recessão e a queda na arrecadação, seriam medidas como o “desmanche” das desonerações e a redução dos subsídios, o aumento da arrecadação trazido pela recuperação da atividade econômica e, principalmente,

uma reforma tributária que ampliasse a justiça fiscal, caso o governo tivesse mantido o diálogo franco com a sociedade civil, sua popularidade e sua capacidade de governar a agenda legislativa. Ou seja: impostos sobre consumo de luxo (importados ou não), grandes fortunas, grandes heranças e grandes rendas pessoais, lucros e dividendos distribuídos (mas não os reinvestidos), melhor fiscalização tributária, em troca de maior desoneração para cidadãos de baixa renda. O aumento de tarifas alfandegárias para conferir salvaguardas à indústria de transformação aumentaria a arrecadação, mas provavelmente só teria efeito estrutural caso fosse articulado a uma política seletiva de substituição de importações e ampliação das exportações (BASTOS, 2015, p. 74).

Após o impeachment/golpe sofrido pela presidente eleita Dilma Roussef e a consequente nomeação de então Vice-Presidente Michel Temer, as políticas neoliberais de austeridade não apenas foram mantidas, mas ampliadas. A retórica da “austeridade expansionista”, mais uma vez, provou-se uma pós verdade: o esforço fiscal para recuperar a credibilidade dos mercados, que ocorreu unicamente do lado dos gastos sociais e das transferências, acirrando a desigualdade e comprometendo a vida da população em vulnerabilidade social, não foi efetivo para evitar a perda do *investment grade* pelas agências de classificação de risco. Ainda, após o aparente fim da recessão no segundo semestre de 2017 (com os primeiros indicadores de atividade econômica e recuperação do nível de emprego reagindo), verifica-se que o ajuste “passou do ponto” – mesmo para a ótica do mercado: a inflação ficou abaixo do piso da meta em 2017, ainda que o Banco Central o tenha reduzido recentemente – bem como os seus teto e centro.

Conclusivamente, o ajuste recessivo na economia brasileira foi, no mínimo, tão profundo quanto o observado nos PIIGS e era, certamente, menos necessário. No que tange à profundidade, a “mão única” que pesa sobre os gastos e investimentos reduzidos (na maioria, sociais) afetou muito mais a já vulnerável população brasileira do que a europeia do sul. Em relação à magnitude da necessidade, a dívida pública brasileira, como já visto, apesar de ter um perfil mais “explosivo”, é incomparavelmente menor que a de qualquer dos outros países estudados e, antes de voltar a subir, vinha decrescendo durante muitos anos – o que não obrigava a uma alteração “no sinal da derivada primeira” da curva de evolução da relação dívida/PIB em tão curto prazo, como se busca fazer.

## 6 CONCLUSÃO

À luz de uma contextualização histórica do capitalismo e de suas crises, esta dissertação buscou interpretar a atual crise global em três aspectos: suas causas, suas consequências iniciais e as políticas de enfrentamento da crise utilizadas pelos governos – com um enfoque maior para este último. Assim, com o intuito de comparar as crises do capitalismo discutidas no segundo capítulo e a crise atual, o Quadro 1 resume estes acontecimentos:

Quadro 1 – Causas, consequências e políticas de enfrentamento

Crises	Causas	Consequências	Enfrentamento
Crise de 1848	I Revolução Industrial ; <i>enclousers</i> ; descontentamento da burguesia e do proletariado com os privilégios da nobreza	Desemprego em larga escala; acúmulo de população no meio urbano; Primavera dos Povos	Redução dos direitos feudais da aristocracia; fim do caráter absolutista do rei; separação definitiva da burguesia e do proletariado
Crise do fim do século XIX	II Revolução Industrial com consequente substituição de mão de obra humana por automatizada	I Guerra Mundial; desemprego em larga escala; trustes e cartéis	Neocolonialismo (África e Ásia) na busca de novos mercados e para o (re)investimento do capital acumulado; emigração para o “Novo Mundo”
Crise de 1929	Recuperação econômica da Europa (pós-guerra); superprodução e especulação financeira (EUA)	Quebra da Bolsa de NY; desemprego em larga escala; II Guerra Mundial	<i>New Deal</i> ; Políticas Keynesianas (heterodoxas)
Crise do anos 70	Fim do “padrão ouro”; choques do petróleo; III Revolução Industrial	Hiperinflação; desemprego em larga escala	Neoliberalismo; substituição do fordismo para o toyotismo
Crise de 2007/2008	Financeirização e desregulamentação da economia; alto (e mal avaliado) endividamento do setor privado; novo paradigma tecnológico nas comunicações	Quebra de grandes empresas e instituições financeiras, desemprego em larga escala; aprofundamento da financeirização (cripto moedas)	Estatização de dívidas privadas, cortes de gastos e investimentos públicos; aumento da carga tributária, privatização de empresas e bens públicos

Fonte: elaborado pelo Autor.

A partir da análise do Quadro 1, ressaltam-se alguns pontos:

- Desde a primeira grande crise do capitalismo (Primavera dos Povos), até a crise dos anos 70, houve uma alternância dos sacrifícios “exigidos” pelas classes sociais: tanto na Primavera dos Povos quanto na Grande Depressão, após as recessões, as populações menos favorecidas foram “beneficiadas” (ou menos prejudicadas) pelas medidas adotadas nos anos seguintes, como a redução do poder real e dos benefícios da aristocracia, na primeira, e o aumento dos gastos

sociais, na segunda. Nas outras duas crises discutidas, entretanto, as classes menos favorecidas é que foram mais “penalizadas”: na crise do fim do século XIX, o excedente populacional europeu não incorporado ao processo de desenvolvimento econômico foi “exportado” para outros continentes (neocolonialismo); na crise dos anos 70, já com o mundo mais globalizado, as políticas neoliberais diminuíram o tamanho do Estado e, por consequência, o auxílio que este prestava às classes mais vulneráveis em diversas regiões do planeta. Na crise atual, verifica-se uma ruptura neste ciclo: as medidas tomadas após a recessão dos anos 70 (neoliberais) estão sendo aprofundadas e a população em maior vulnerabilidade social está novamente sendo deixada em segundo plano.

- Todas as crises foram precedidas por um enorme acúmulo prévio de riqueza, inclusive a atual: as revoluções industriais anteriores às recessões, que substituíram trabalho vivo por trabalho morto, permitiram esta concentração, que teve como consequência o arrefecimento da demanda efetiva e o desequilíbrio do sistema: “*The recent history of financialization is tightly interlaced with the emergence of a new technological paradigm [...]*” (FUMAGALLI e LUCARELLI, 2015, p. 4). Da mesma forma, como consequência das crises, em todos os casos ocorreu o desemprego em larga escala da população, prejudicando proporcionalmente mais a população não proprietária dos meios de produção.

Consequentemente, a partir do referencial teórico discutido no terceiro capítulo, conclui-se que, quando as medidas de enfrentamento das crises foram ortodoxas (liberais ou neoliberais), houve um aprofundamento das desigualdades anteriormente verificadas – caso das crises do fim do século XIX, dos anos 70 e da atual. Diferentemente, quando o tratamento foi heterodoxo, a despeito dos “custos” da intervenção do Estado, o resultado foi a redução da desigualdade e um arrefecimento da luta de classes quando as economias começaram a recuperar-se.

Em oposição a o que ocorria nos anos iniciais do capitalismo, com o fim de padrão ouro, em 1971, as crises passaram a ser globais, e não mais em países ou regiões específicas. A integração dos mercados financeiros, que é inerente à globalização, fez com que a recessão atual, iniciada nos Estados Unidos, se dissipasse. Como verificado, o tratamento para a crise atual foi/é o aprofundamento das políticas neoliberais iniciadas nos anos 1970, com a maior globalização e financeirização da economia dos dias de hoje. Portanto:

- (i) a causa da crise nos PIIGS é similar em todos os países, a saber, excesso de endividamento do setor privado (mal avaliado) e bolha especulativa (imobiliária) – resumidamente, financeirização generalizada;

- (ii) em todos os casos, no intuito de salvar as instituições financeiras, os governos dos PIIGS estatizaram dívidas privadas advindas da crise do *subprime* (FARIA, 2014; LAPAVITSAS, 2012) – austeridade fiscal seletiva;
- (iii) da mesma forma, nos cinco países europeus analisados, as políticas de enfrentamento da crise não divergiram: flexibilização do mercado de trabalho, privatização de empresas estatais e bens públicos, reforma do sistema de seguridade social e aumento generalizado da carga tributária.

Nota-se, portanto, que *ex-ante* ou *ex-post* à crise e às ações governamentais para combatê-la, a financeirização é sempre concentradora:

*The effect of the subprime crisis was not the collapse of financial markets. Instead, public interventions, requested above all by institutional investors, reduced private debt and increased the public one. [...] Note how, among the European countries, those with the largest public debts are also those in which the rates of family savings are the highest and private debts the lowest (FUMAGALLI e LUCARELLI, 2015, p. 5).*

Ainda no espectro econômico, como visto na primeira seção do capítulo quatro, tendo como principal argumento/objetivo a redução da relação dívida/PIB, as políticas de austeridade dificilmente resultam no cumprimento desta meta – ou, quando o fazem, o processo ocorre lentamente: “*Economists who are critical of austerity policies have rightly stressed how these policies will not succeed in achieving their set objectives, that is to say, a reduction of the ratio between public debt and GDP*” (FUMAGALLI e LUCARELLI, 2010, p. 6) . Ao adotarem medidas restritivas tanto nos gastos quanto nos investimentos e aumentando a carga tributária, o resultado mais comum é a contração do produto (redução do denominador), com conseqüente piora da relação dívida/PIB. Portanto, mais do que contribuir para a recuperação econômica, os ajustes ortodoxos aprofundaram a crise, corroeram a estrutura produtiva e levaram a situações limite as populações em vulnerabilidade social.

No mesmo contexto, as medidas adotadas no mercado de trabalho (flexibilização das leis trabalhistas), foram pouco efetivas: ainda se verificam altos índices de desemprego nos PIIGS e as condições de contratação são degradantes, confirmando a tese de passagem do proletariado em precariado<sup>31</sup>. A Irlanda, que aparenta a recuperação mais efetiva, o faz sob uma nova realidade: pioram-se as condições de trabalho (predominância do trabalho em tempo parcial), achatam-se os salários e aprofundam-se as desigualdades. Por fim, a Grécia, apesar de todas as medidas que tomou para retomar a confiança dos mercados e reduzir os temores sobre um possível *default*, foi o primeiro país a ser rebaixado de *desenvolvido* para *emergente* pelas

---

<sup>31</sup> Termo cunhado nos anos 1980, que mescla as palavras proletariado e precário, com o intuito de caracterizar os atuais trabalhadores que labutam em condições precárias e com baixa remuneração

agências de classificação de risco desde o início desta metodologia de classificação. Verifica-se que fatores como a magnitude da influência de interesses específicos e setoriais sobre os partidos políticos e a capacidade de mobilização da sociedade civil organizada fizeram a diferença: a forte onda de protestos e os bloqueios de medidas de austeridade por parte do Tribunal Constitucional de Portugal certamente auxiliaram para que os ajustes fossem menos regressivos no país se comparados aos dos demais.

Nos aspectos sociais, devido ao fato de a Europa ter vivido por muitos anos sob a égide do *welfare state* e pelo “prazo de maturação” para a alteração dos indicadores sociais ser superior ao dos econômicos, os impactos (ainda) são menos visíveis. Todavia, o percentual da população em risco de pobreza ou exclusão social é superior em todos os PIIGS ao da média da UE; o indicador de necessidades de assistência médica não atendida piorou e os investimentos públicos em educação (chamados de gastos ou custos pelos neoliberais), que podem traçar um panorama da sociedade que se terá no futuro, foram reduzidos, comprometendo ainda mais a emancipação humana.

No Brasil, apesar de a estatização da dívida do setor privado não ser explícita – não houve socorro internacional para salvar instituições financeiras – Medidas Provisórias (MPs) aprovadas pelo Congresso Nacional como a MP 783/2017 (a MP do REFIS – Refinanciamento de dívidas com a União) fizeram o papel de estatizadoras dos compromissos privados: a MP em questão deu desconto de 70% nos juros e de 90% nas multas dos grandes devedores, já que, após a sua aprovação nas duas casas legislativas, a Presidência da República vetou integralmente a adesão ao REFIS para Micro e Pequenas Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional (com faturamento fiscal bruto de até 3,6 milhões de reais à época do veto). Portanto, verifica-se que, no Brasil, não apenas houve a estatização da dívida privada como também as medidas para auxiliar os agentes privados a saírem da crise foram concentradoras de riqueza. Neste contexto, vale frisar que o Brasil tem uma alíquota de Imposto de Renda extremamente regressiva e é, junto com a Estônia, um dos únicos dois países da OCDE<sup>32</sup> que não tributam a distribuição de lucros e dividendos dos empresários – desde a Constituição Federal de 1988 que esta tributação é prevista; entretanto, por falta de interesse político/econômico da elite governante, jamais foi feita uma lei para regulamentá-la.

Ainda no aspecto econômico, a opção pelo governo brasileiro por um ajuste unicamente do lado da despesa, sem nenhuma tentativa de reforma que trouxesse “justiça tributária” – que poderia resolver o problema fiscal sem tamanha desaceleração das políticas sociais

---

<sup>32</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

implementadas nos anos 2000 – reflete a orientação do governo no sentido diminuir ainda mais o tamanho do Estado e ampliar a participação privada em pontos estratégicos e estruturantes da sociedade – principalmente, saúde e educação (BASTOS, 2015; GOBETTI, 2015). No aspecto social, os índices de desigualdade apresentados no capítulo cinco confirmam o distanciamento da população brasileira da emancipação humana e, quiçá, com a continuidade das medidas exclusivas, também da emancipação política.

Mesmo que a doutrina neoliberal, tal qual era defendida pelos intelectuais originais dos anos pós II Guerra Mundial, tivesse resultado, nem todo o crescimento econômico é desejável: não é interessante um crescimento abstrato e longínquo que subjuga as classes mais vulneráveis da população (STIGLITZ, 2012). Tal crescimento não é sustentável a médio e longo prazos e se esgota subitamente, dando lugar a recessões (senão ocasionando guerras, como demonstra a história). Atualmente, parece haver uma nova classe social similar à antiga aristocracia, que tem na modificação do seu *status quo* o principal inimigo. Esta classe é formada por banqueiros/intermediários financeiros, credores, especuladores financeiros, CEOs (*Chief Executive Officers*) de empresas multinacionais, alguns políticos, alguns criminosos, etc. que vivem do *rent-seeking* e recusam qualquer papel regulador do Estado sobre as suas atividades (COSTA e OLIVEIRA, 2013). No topo de sua arrogância (bem como os aristocratas o faziam) e com a utilização recorrente da pós verdade, reforçam o discurso neoliberal, como se este já não houvesse, há muito, sido comprovado falso. Os governos dos países em estudo, ao invés de atuarem no sentido de reduzir o *rent-seeking* desta nova aristocracia, optaram pelo “moralismo financeiro” com o apoio da *Troika* – “ser capitalista significa ocupar na produção uma posição não somente pessoal, mas também social. [...] Portanto, o capital não é apenas uma força pessoal. É uma força social” (MARX, 2001, p. 49). De forma contrária, o mesmo moralismo foi negligenciado em relação aos agentes do mercado financeiro, que estiveram na origem da inicial crise financeira e posterior grande recessão econômica com o seu comportamento especulativo (ou até mesmo criminoso) que não foi coibido:

Por essa razão, os padrões de política econômica deixam de ser decididos em função da convicção do governo e dos anseios de suas bases eleitorais, mas respondem à necessidade imperiosa de agradar aos donos desse capital fictício [...] Não é por acaso que a deflação passou a ser a prioridade máxima da política econômica em todo o mundo e que uma redução do desemprego seja vista como negativa, por seu possível efeito sobre o nível geral de preços: uma variação nos preços, por menor que seja, desvaloriza a riqueza da propriedade desta nova plutocracia (TAUILE e FARIA, 1999, p. 165).

Retomando os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elencados na introdução deste estudo, como crer que se alcançará a segurança alimentar e a educação

inclusiva e equitativa, ou se reduzirá a desigualdade promovendo sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável? Com “gestão e eficiência”, mas com crescentes cortes de auxílio às populações em vulnerabilidade social? Certamente, não. As políticas de austeridade implementadas, em sua maioria, muito pouco progressivas, culminaram em efeitos “perde-perde”, tantos nos aspectos econômicos quanto nos sociais – preferivelmente, as políticas econômicas é que deveriam ser tomadas com o intuito de auxiliar as políticas sociais, diferentemente do que vem ocorrendo no mundo capitalista.

As medidas que aprofundam as desigualdades também contribuem negativamente para a segurança pública: no Brasil, o tema constitui-se em um dos problemas mais graves do país, recentemente explicitado com a intervenção federa na segurança pública do Rio de Janeiro; nos países desenvolvidos estudados, entretanto, resta claro que a questão transborda para nações vizinhas – norte da África, por exemplo: suas populações, ao mesclarem o problema da desigualdade com o radicalismo religioso, transformam a questão da (in)segurança pública em um problema exógeno e de muito difícil controle e intervenção (KRIEGER e MEIERRIEKS, 2016; PROCÓPIO, 2001). Finalmente, e para responder ao questionamento que intitula este estudo, conclui-se que a crise atual não será efetivamente superada pela via do austericídio: cedo ou tarde, a luta de classes, atualmente adormecida, deverá ressurgir, e a democracia de mercado que vivemos atualmente terá que ser suplantada, dando lugar a uma sociedade menos alienadora e mais emancipadora.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. **Why nations fail**. Estados Unidos: Crown Publishing Group, 2012.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. Fiscal adjustments in OECD countries: composition and macroeconomic effects. **NBER Working Paper Series**, n. 5730, Aug. 1996.

ALESINA, Alberto; ARADAGNA, Silvia. Large Changes in Fiscal Policy: Taxes versus Spending. **Tax Policy and the Economy**, v. 24, 2010.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ANÍBAL, Graça; BENAVENTE, Ana; QUEIROZ, Sandra. Crise, Austeridade e Educação em Portugal (2011-2014). **Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**. Investigar em Educação, v. 2, n. 3, p. 49-62, 2015.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: Sader, E. (2013, org.) **Dez anos de governos pósneoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BASTOS, Pedro P. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. **Texto para Discussão. IE/Unicamp**, Campinas, n. 257, Ago. 2015.

CORIAT, Benjamin; BOYER, Robert. **Inovações, ciclos, crises**: o retorno de Schumpeter. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP (12):42-7, jun. 1985.

D'AGOSTINI, Luciano. **As medidas de austeridade fiscal implementadas nos PIGS**: por que a Europa pode entrar novamente em recessão? *Economia & Tecnologia (Curitiba)* – Ano 06, Vol. 21 – Abril/Junho de 2010. Disponível em [revistas.ufpr.br/ret/article/download/26988/17997](http://revistas.ufpr.br/ret/article/download/26988/17997). Acesso em: 23 Out. 2017.

BELLO, Teresinha. **DESVENDANDO A ESPUMA**. Reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **The wheels of commerce**, vol 2. Los Angeles: University of California Press, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A função investimento e a eficiência marginal do capital**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/works/casos/73.FunçãoInvestimento&EficienciaMarginalDoCapital.pdf>. Acesso em: 7 Nov. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Desenvolvimento e Dependência da América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Samuel. A Irlanda é a prova de que a austeridade resulta? *Inflexão*, Portugal, 15 Jan. 2014. Disponível em: <http://inflexaoblog.blogspot.com.br/2014/01/a-irlanda-e-prova-de-que-austeridade.html>. Acesso em: 22 Set. 2017.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária e financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as Pessoas?** Neoliberalismo e Ordem Global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CONSELHO EUROPEU. **Compreender as políticas da União Europeia: Setor Bancário e financeiro**. Bruxelas: Serviço das publicações da União Europeia, 2008.

COSTA, L; OLIVEIRA, F. O resgate de Portugal e a crise da União Europeia. Porto, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

EUROSTAT. **Unemployment by sex and age - annual average**. Disponível em [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=une\\_rt\\_a&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=une_rt_a&lang=en). Acesso em: 05 Dez. 2017.

EUROSTAT. **Distribution of income by quantiles - EU-SILC survey**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc\\_di01&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=ilc_di01&lang=en) Acesso em 13 Dez. 2017.

EUROSTAT. **Gross fixed capital formation at current prices**. Disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-datasets/-/TEINA040>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

EUROSTAT. **GDP and main components (output, expenditure and income)**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nama\\_10\\_gdp&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nama_10_gdp&lang=en). Acesso em: 13 Dez. 2017.

EUROSTAT. **Annual net earnings**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?wai=true&dataset=earn\\_nt\\_net](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?wai=true&dataset=earn_nt_net). Acesso em: 1 Nov. 2017.

EUROSTAT. **Expenditure: main results**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=spr\\_exp\\_sum&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=spr_exp_sum&lang=en). Acesso em: 11 Dez. 2017.

EUROSTAT. **People at risk of poverty or social exclusion by age and sex**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?lang=en&dataset=ilc\\_peps01](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?lang=en&dataset=ilc_peps01). Acesso em 11 Dez. 2017.

EUROSTAT. **Self-reported unmet needs for medical examination by sex, age, main reason declared and income quintile**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=hlth\\_silc\\_08&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=hlth_silc_08&lang=en). Acesso em: 11 Dez. 2017.

EUROSTAT. **Government deficit/surplus, debt and associated data**. Disponível em: [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov\\_10dd\\_edpt1&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=gov_10dd_edpt1&lang=en). Acesso em: 06 Dez. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FARIA, Luiz A. A crise que não acaba e suas possibilidades. Porto Alegre, **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 4, p. 51-60, 2014.

FARIA, Luiz A. Política Econômica e Crescimento no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, **Textos para Discussão FEE**, n. 4, 2007.

FARIA, Luiz e TAUILE, José. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. São Paulo, **Revista de economia política**. Vol. 19, n. 1(73) (jan./mar. 1999), p. 158-181.

FERRARI, Fernando. **Teoria Geral, setenta anos depois**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FISHER, Irving. **The Purchasing Power of Money**. Nova Iorque, 1911.

FONSECA, Pedro Cezar. **Keynes: o liberalismo econômico como mito**. Campinas, Economia e Sociedade, v. 19, n. 3 (40), p. 425-447, 2010.

FRIEDMAN, Milton. **The Optimum Quantity of Money**. London: Macmillan, 1969.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1988.

FUMAGALLI, A.; LUCARELLI, S. Finance, Austerity and Commonfare. **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 7-8, 2015.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

GIANNETTI, E. **Vícios Privados, Benefícios Públicos: A Ética na Riqueza das Nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOBETTI, Sérgio. Ajuste fiscal no Brasil: os limites do possível. **IPEA – Texto para discussão**, n. 2037, 2015.

GUILHERME C., R. RENDA MÍNIMA DE INSERÇÃO E TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: as (a) simetrias entre União Europeia e MERCOSUL. Porto Alegre, 2016.

GUILLÉN, Arturo. Europa en el torbellino de la crisis global. **Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa**, 2010. Disponível em: [http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/EUROPA\\_EN\\_EL\\_TORBELLINO\\_DE\\_LA\\_CRISIS\\_GLOBALE.pdf](http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/EUROPA_EN_EL_TORBELLINO_DE_LA_CRISIS_GLOBALE.pdf). Acesso em 23 Ago. 2016.

GUILLÉN, Héctor. Integración monetaria, crisis y austeridad en Europa. **Revista Problemas del Desarrollo**, 165 (42), abril-junio 2011.

HARVEY, David. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUME, David. **Of Money**. Edimburgo, 1752.

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico**. Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico**. Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. **Capital Financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

ITOH, Makoto. **Value and crisis: essays on marxian economics in Japan**. London: Monthly Review Press, 1980.

ITOH, Makoto. **The basic theory of capitalism: the forms and substance of the capitalist economy**. New Jersey: Barnes and Noble Books, 1988.

KEYNES, John Maynard. **Indian currency and finance**. London: Macmillan, 1913.

KEYNES, John Maynard. **The economic consequences of the peace**. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

KEYNES, John Maynard. The balance of payments of the United States. **Economic Journal**, v LVI (222), p.172-87, June, 1946.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest, and money**. New York: HBJ Book, 1964.

KEYNES, John Maynard. **A tract on monetary reform**. London: Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, v4), 1971.

KEYNES, John Maynard. **Essays in persuasion**. London: Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, v.9), 1972.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KREMMER, Rodrigo; CORAZZA, Gentil. **FRIEDMAN E O MONETARISMO: A VELHA TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA E A MODERNA ESCOLA MONETARISTA**. Porto Alegre, Revista Análise Econômica, v.21, n. 40, 2003.

LAPAVITSAS, Costas. **Crisis in the Eurozone**. London : Verso Books, 2012

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LUNARDON, J. **"Ei, polícia, maconha é uma delícia!" : o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social**. Porto Alegre: CIRKULA, 2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JONES, Owen. No alternatives to austerity? That lie has now been nailed. **The Guardian**. London, 24 Ago. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/24/austerity-lie-deep-cuts-economy-portugal-socialist>. Acesso em 25 Set. 2017.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre a sua aplicação prática: ensaio sobre a população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTICK, Paul. **Marx & Keynes: the limits of the mixed economy**. Boston: Extending Horizons, 1969.

MILL, John Stuart . **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001.

MARX, K. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy**. London: Penguin Books, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. II, Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Desmascarando o mito do setor público vs. o setor privado. São Paulo: Portfoli-Penguin, 2014.

KRIEGER, Tim; MEIERRIEKS, Daniel. Does Income Inequality Lead to Terrorism? **SSRN Electronic Journal**, n. 10 (2139), 2010.

MATSAGANIS, Manos; PEREZ, Sofia. The Political Economy of Austerity: Distributive Outcomes and their Implications in Southern Europe. **New Political Economy**, 2016.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELLO C., P; SPOLADOR, H. **CRISES FINANCEIRAS - QUEBRAS, MEDOS E ESPECULAÇÕES DO MERCADO**. São Paulo: Saint Paul, 2015.

MORENO, L. **El estado de bien estar y `mallas de seguridad`**. Unidad de Políticas Comparadas – CSIC. Documento de trabajo 02-03 2002. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/1497/1/dt-0203.pdf>. Acesso em 17/01/2018.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KOROTAYEV, A. V, TSIREL, S. V. **A Spectral Analysis of World GDP Dynamics: Kondratieff Waves, Kuznets Swings, Juglar and Kitchin Cycles**. Global Economic Development, and the 2008–2009 Economic Crisis. Structure and Dynamics, v. 4(1), 2010.

LÊNIN, V.I. **As Lições da Revolução**. Lisboa: Editorial Progresso, 1984.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23 Jun. 2017.

PALLEY, Thomas. **Del keynesianismo al neoliberalismo: paradigmas cambiantes en economía**. México, Economía UNAM, vol.2, no.4, ene./abr. 2005.

PERROTINI, Ignacio et al. Economía Política de la Crisis de la Deuda en Europa. **Revista Investigación Económica**, v.286, 2013.

PLIHON, Dominique. As grandes Empresas Fragilizadas pela Finança. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.br.undp.org/> Acesso em: 22 Nov. 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLYCHRONIOU, C. J. The tragedy of Greece: a case against neoliberal economics, the domestic political elite, and the EU/IMF duo. **Levy Economics Institute of Bard College - Policy Note**, 2013.

PORTUGAL, M. História das ideias econômicas. Porto Alegre, 2017.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n.1, p. 116-128, jan/jul, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 2016. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 07 Set. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. LEI Nº 13.496, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13496.htm). Acesso em: 22 Jan. 2018.

PROCÓPIO, Argemiro. Terrorismo e relações internacionais. **Revista brasileira de política internacional**, v. 44 n. 2, July/Dec. 2001.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, António R. As incertezas da Europa - A situação social da Europa: da era do social à lógica dos mercados. **Instituições e realidades sociais**, p.172-173, 2013.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. 3 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA G., Ricardo. Do *Welfare* ao *Workfare*. Brasília, 2011. Disponível em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8419/1/2011\\_RicardoGon%C3%A7alvesdaSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8419/1/2011_RicardoGon%C3%A7alvesdaSilva.pdf). Acesso em: 19 Set. 2017,

SILVA, T. **Notas Sobre a Economia Ricardiana**. Pensamento Real, São Luís, v.13, p. 15-42, 2003.

SKIDELSKY, Robert. **John Maynard Keynes: hopes betrayed 1883-1920**. London: Macmillan, 1983.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

SMITH, Adam. **A Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: MetaLibri, 2005.

STREECK, Wolfgang. The crises of democratic capitalism. **New left review**, n. 71, Ago./Set. 2011.

STIGLITZ, Joseph. **A Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Fortuna, 2002. (Schumpeter, 1982, p. 142).

POLYCHRONIOU, C. J. The tragedy of Greece: a case against neoliberal economics, the domestic political elite, and the EU/IMF DUO. **Levy Economics Institute of Bard College - Policy Note**, 2013.

VALLAS, S.P.; KLEINMAN, D.L.; BISCOTTI, D. **Political Structures and the Making of US Biotechnology**. Boulder: Paradigm Publishers, 2009.

ZANOTTI, Gabriel. **Epistemologia da economia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ZAVARRO, R.B. **Ortodoxia y Políticas de Austeridad en Europa**. Revista Ciencias Sociales, v. 144, p. 133-145, 2014.